

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**

**SUREG - GO**



**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**



**Goiânia - 2013**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG GO**

**ANTÔNIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA**  
Ministro

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

**Diretoria Colegiada**

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**

Presidente

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**

Diretor de operações e Abastecimento

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**

Diretor Administrativo, Financeiro e Fiscalização

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**

Diretor de Gestão de Pessoas.

**SÍLVIO ISOPO PORTO**

Diretor de Política Agrícola e Informações

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS**

**EURÍPEDES MALAQUIAS DE SOUZA**

Superintendente

**EMIL JOSÉ FERREIRA**

**Gerente Financeiro Administrativo**

**VICENTE TEIXEIRA SILVA**

Gerente de Operações

**ANA LÚCIA DE FÁTIMA FERNANDES**

Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

**LORENA MARIA AIRES DE CARVALHO U.LOUSA**

Gerente da Gerência Jurídica

Elaboração:

Emil José Ferreira

Marina Alves da Silva

Gilmar de Castro Sampáio

Clóvis Vieira dos Santos

Jurandir Ferreira Rios

Sírio José da Silva Júnior

João Gomes da Silva

Espedito Leite Ferreira

Luiz Carlos do Nascimento

Maria Aparecida N. Moraes

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG GO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**SUREG - GO**

**Goiânia - 2013**

## Sumário

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>4</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>7</b>
<b>Lista de Figuras e Gráficos.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....</b>	<b>11</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	11
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	16
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>22</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	22
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	25
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>28</b>
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda .....	28
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	28
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	28
3.3 - Principais indicadores de desempenho.....	32
Quadro 3.3.1 Principais indicadores de desempenho.....	32
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>33</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	33
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	34
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	34
4.2.2. Venda em Balcão.....	35
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	36
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	38
<b>5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>38</b>
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	38
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>40</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	40
6.4. Principais indicadores de desempenho.....	42
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>43</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	43
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	56
7.2.1 -Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos.....	57
7.2.2 - Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado;...58	58
7.2.3 - Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos.....	60
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	60
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	62
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>63</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	63
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>65</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	65
<b>10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>66</b>
10.1 Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil.....	66

<b>11. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>67</b>
11.1. Alocação de Servidores.....	67
11.2. Comunicação na Instituição.....	67
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	68
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	68
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	70
11.5.1 -Composição do quadro de servidores ativos.....	70
11.5.2 – Redução da força de trabalho.....	70
11.5.3 - Cargos de comissão e função gratificada.....	71
11.5.4 - Faixa etária .....	72
11.5.5 - Escolaridade.....	72
11.5.6 - Estagiários.....	73
11.5.7 - Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	73
11.5.8 - Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	74
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	77
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	77
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>79</b>
12.1. Programas e Ações do PPA.....	79
12.2. Restos a Pagar.....	88
12.5. Demonstrações Contábeis .....	90
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	90
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES.....</b>	<b>91</b>
13.1. Controle Interno da UJ.....	91
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	92
<b>Resultados e Conclusões.....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO – demonstrações Contábeis.....</b>	<b>97</b>
Anexo 1 - Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo).....	97
Anexo II- Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	99
Anexo III - Demonstração do Resultado do Exercício.....	100
Anexo IV - Demonstração do Valor Adicionado.....	101
Anexo V - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	103
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>104</b>
Anexo VI- Sumário .....	104

### Lista de Siglas

AGF – Aquisição do Governo Federal
AF – Agricultura Familiar
AUDIN - Auditoria Interna
BACEN – Banco Central do Brasil
CAEAF – Compra Especial da Agricultura Familiar
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior
CDA – Cadastro de Unidades Armazenadoras
CDAF – Compra da Agricultura Familiar
CEASA - Centrais de Abastecimento
CGU – Controladoria Geral da União
CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social

CLT – Consolidação da Lei Trabalhista
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB – Cadastro Nacional de planos de Benefícios.
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho de Administração da Conab
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
COV – Contratos de Opção de Venda
CPR – DOAÇÃO – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DIFIN – Diretoria Financeira
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB – Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD – Diretoria Administrativa
DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos
DN/TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DRE - Demonstrativo de Resultados
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
EGF – Empréstimo do Governo Federal
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FUNAI – Fundação nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Assistência a Saúde
GEASA – Gerência de Avaliação de Safras
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFIS – Gerência de Fiscalização de Estoques Governamentais
GEOPE – Gerência de Operações
GESAS - Gerência de Serviço de Assistência à Saúde
GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistoria de Estoques Privados
GPS - Sistema de Posicionamento Global
ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Econômica
LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MOC – Manual de Operações da Conab
NOC – Normas da Organização da Conab

NR - Norma Regulamentadora
NTN – Notas do Tesouro Nacional
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA – Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF – Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PMTI – Programa de Modernização da Tecnologia da Informação
PPA – Plano Plurianual
PROGE – Procuradoria Geral
PROHORT - Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada
PRORE – Procuradoria Regional
PTRES – Plano de Trabalho
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAS - Serviço de Assistência a Saúde
SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF – Setor Contábil e Financeiro
SECOM – Setor de Operações Comerciais
SEDEM – Setor de Desenvolvimento Empresarial
SEGEO – Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
SEOPE – Setor de Operações de Estoques
SEPAB – Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEREH – Setor de Recursos Humanos
SETAD – Setor Administrativo
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO – Sistemas de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV – Sistema de Convênio
SINAC – Sistema Nacional de Comercialização
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPAE - Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC – Secretaria de Previdência Complementar
SUARM – Superintendência de Armazenagem
SUCON – Superintendência de Contabilidade
SUFIN – Superintendência de Finanças
SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF – Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF – Superintendência de Informação do Agronegócio

SUMAJ – Subprocuradoria de Material Judicial
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE – Superintendência de Operações
SUPAF – Superintendência de suporte a agricultura familiar
SUREG-GO - Superintendência Regional de Goiás
SUREH – Superintendência de Recursos Humanos
SUTIN - Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TCU - Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TNS - Técnico de Nível Superior
TPF - Tabela de Participação Financeira
TR - Taxa Referencial
TVN – Termo de Vistoria e Notificação
UA – Unidade Armazenadora
UF – Unidade da Federação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VEP – Valor de Escoamento de Produto

## Lista de Quadros

A.	Introdução	09
1.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
001	Figura Organograma atual	15
2.1.1	Fatores que representam risco na Gestão	23
2.2.1	Armazenagem	26
2.2.2	Principais clientes do setor privado – comercialização	27
2.2.3	Principais clientes do setor público – armazenagem	27
2.2.4	Principais clientes do setor privado – armazenagem	27
3.2.5.1	Quantidade de recursos dispendidos por instrumento	30
3.2.5.2	Dez maiores operações CPR – Doação	30
3.2.5.3	Dez maiores operações CPR- Estoque	31
3.2.5.4	Demonstrativo da distribuição de cestas	31
3.3.1	Principais indicadores	32
4.2.1.1	Demonstrativo comercialização – venda leilão público	34
4.2.1.2	Dez maiores operações venda leilão público	35
4.2.2.1	Demonstrativo de venda bacão	36
4.2.2.2	Dez maiores operações venda balcão	36
4.2.3.1	Demonstrativo comercialização VEP	37
4.2.3.2	Dez maiores operações VEP	37
4.2.3.3	Demonstrativo geral das vendas dos estoque	38
4.3.1	Principais indicadores	38
5.1.1	Demonstrativo dos mercados hortigranjeiros	39
5.1.2	Comercialização realizada no mercado hortigranjeiro	40
5.1.3	Principais indicadores	40
6.1.1	Estoques de terceiros armazenados em unidades próprias	41
6.1.2	Resultados de serviços de armazenagem	42
6.4.1	Principais indicadores	42
7.1.1	Capacidade estática da rede própria de armazenagem	43
7.1.2	Posição dos estoques públicos armazenados em unidades próprias	44
7.1.3	Produção agrícola em armazéns contratados	45
7.1.4	Tabela das tarifas de armazenagem e sobre taxa	46
7.1.5	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	49

7.1.6	Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras – previsão 2012	50
7.1.7	Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras – previsão 2013	51
7.1.8	Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras – previsão 2014	52
7.1.9	Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras – previsão 2015	53
7.1.10	Capacidade estática de armazenagem x demanda	54
7.2.1.1	Relação de fiscais da Regional	57
7.2.2.1	Perdas e desvios	58
7.2.2.2	Desvios - quantitativo e qualitativo	58
7.2.2.3	Perdas- quantitativo e qualitativo	59
7.2.2.4	Armazéns descredenciados no exercício	59
7.2.2.5	Levantamento das irregularidades em armazéns contratados	60
7.2.3.1	Saldo de débitos em perdas ou desvios em estoques públicos e valores recuperados	60
7.3.1	Demonstrativo das remoções contratadas	61
7.4.1	Principais indicadores	62
11.4.1	Ações de treinamento	69
11.5.1.1	Força de trabalho da UJ	70
11.5.2.1	Situações que reduzem a força de trabalho	71
11.5.2.2	Composição do quadro de recursos humanos	71
11.5.3.1	Estrutura de cargo em comissão e função gratificada	72
11.5.4.1	Quantidade de servidores por faixa etária	72
11.5.5.1	Quantidade de servidores por escolaridade	73
11.5.6.1	Composição do quadro de estagiários	73
11.5.7.1	Quadro de custos de pessoal	74
11.5.8.1	Contrato de prestação de serviços	75
11.5.8.2	Contratos prestação de serviços de limpeza e vigilância	76
11.5.9	Principais indicadores	77
11.7.1	Identificação da unidade – Cibrius	78
11.7.2	Contribuição participantes ativos e contribuição paga pela controladora	78
11.7.3	Demonstração dos benefícios pagos	78
12.1.1	Ações orçamentárias da UJ	79
12.1.2	Representação da área, produtividade e produção de grãos	81
001	Gráfico evolução dos preços pagos ao produtor	83
12.1.3	Representação da área, produtividade e produção da cana de açúcar	84
12.1.4	Assistência médica	85
12.1.5	Auxílio Alimentação	85
12.1.6	Ações de outros órgãos executados pela UJ	86
12.1.7	Demonstrativo das ações de fiscalização do seguro rural	86
12.1.8	Representação da área de produção do café	87
12.1.9	Distribuição mensal da colheita do café	87
002	Gráfico evolução da colheita do café	87
12.2.1	Situação de restos a pagar no exercício de 2011	88
12.2.2	Situação de restos a pagar no exercício de 2012	89
12.7.1	Bens imóveis de uso especial de propriedade da União	90
13.1.1	Avaliação do sistema de controles interno da UJ	91
13.2.1	Recomendações dos OCI pendentes no exercício	93
13.2.2	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	94

## Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Goiás, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-GO para o exercício de 2012, decorrem da restrição orçamentária e financeira, inclusive para viagens, problemas operacionais nos armazéns, sobrecarga no sistema de transporte de carga, deficiência da rede de informática entre outros.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

### Quadro A – Introdução

Descrição		Justificativa
<b>1. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
<b>3. Sustentação de Renda</b>		
3.2.2	Contrato de opção de venda	Não houve em 2012
3.2.3	Premio para escoamento do produto (compra)	Não houve em 2012
3.2.4	Premio Equalizador Pago ao produtor - Peppo	Não houve em 2012
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.2	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - Refap	Não se aplica
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
<b>7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação</b>		
<b>11. Gestão de Pessoas</b>		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e	Não se aplica à natureza jurídica da UJ

	Pensionistas	
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.3	Demonstrativo de transferência recebidas e realizadas no exercício.	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado no Relatório da Matriz
12.4	Transferência mediante convênio	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado no Relatório da Matriz
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado no Relatório da Matriz
<b>13. Governança e Controles</b>		
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado no Relatório da Matriz

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

#### 1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

**Quadro 1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder: Executivo</b>			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			<b>Código SIORG: 14</b>
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - (2114) Superintendência Regional de Goiás			
Denominação abreviada: Conab Sureg/GO			
CNPJ: 26.461.699/0022-05			
Código SIORG: 87318	Código LOA: (não é UO) não se aplica		Código SIAFI: 22211
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal			
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			código CNAE: 84.11.6-00
Telefones/Fax de contato:	(62) 3269-7400	(62) 3269-7443	(62) 3269-7438
Endereço eletrônico: <a href="mailto:go.sureg@conab.gov.br">go.sureg@conab.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.conab.gov.br">http://www.conab.gov.br</a>			
Endereço Postal: Av. Meia Ponte, 2748 - Setor Santa Genoveva – Goiânia – GO CEP:74670-400			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.			
Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00

<b>8.ª Versão</b>	<b>4.514</b>	<b>13/12/02</b>	<b>16/12/02</b>
<b>9.ª Versão</b>	<b>6.407</b>	<b>24/03/08</b>	<b>25/03/08</b>

As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991.

#### **Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada**

A Superintendência Regional de Goiás/DF – Sureg-GO é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3.º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).

#### **Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada**

**Manual de Operações – MOC, Disposições Preliminares COMUNICADO Conab/MOC N.º 014, 15/06/2007**  
**Normas da Organização – NOC; Código de Ética da Conab.**

#### **Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis**

##### **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - GO**

Superintendente: Eurípedes Malaquias de Souza (30/08/2001 a 31/12/2012)

##### **PROCURADORIA JURÍDICA**

Procuradora: Lorena Maria Aires de Carvalho U.Lousa

##### **GERENTES DE ÁREA**

###### **GERÊNCIA DE OPERAÇÕES - GEOPE**

Gerente: Vicente Teixeira Silva (22/06/2011 a 31/12/2012)

###### **GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD**

Gerente: Emil José Ferreira (17/11/2003 a 31/12/2012)

###### **GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE ESTRATÉGICO – GEDES**

Gerente: Ana Lúcia de Fátima Fernandes (22/06/2011 a 31/12/2012)

##### **GERENTES DAS UNIDADES ARMAZENADORAS**

###### **UA / GOIÂNIA**

Gerente: Antônio Donizete Diniz (22/11/2011 a 31/12/2012)

###### **UA /BRASILIA**

Gerente: Thiago Lima do Nascimento (30/05/2011 a 31/12/2012)

###### **UA /PALMEIRAS**

Gerente: Nisbete Pereira M. de Santana (03/11/2011 a 31/12/2012)

###### **UA/PARAÚNA**

Gerente: Lindomar Silva da Costa (18/12/2006 a 31/12/2012)

###### **UA/PONTALINA**

Gerente: Núbia Nadir de Jesus Oliveira (05/07/2011 a 31/12/2012)

###### **UA/SANTA HELENA**

Gerente: Zirvaldo Zenid Virgolino (-20/07/2011 a 31/12/2012)

**UA/SÃO LUIZ DE MONTES BELOS**

Gerente: Flávio Eustáquio Rodrigues (11/03/2009 a 31/12/2012)

**UA/PORTEIRÃO**

Gerente: João Henrique Silva (24/08/2008 a 31/12/2012)

**UA/RIO VERDE**

Gerente: Marilson Gonçalves Campos (20/07/2011 a 31/12/2012)

**UA/ITAPURANGA**

Gerente: Valdir Soares de Araújo (24/06/2008 a 31/12/2012)

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
SIAFI	Nome			
UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
135141	SEDE- SUREG/GO	GO	Executora	ON LINE
135145	UA – PALMEIRAS DE GOIÁS	GO	Executora	OFF LINE
135146	UA – PARAUNA	GO	Executora	OFF LINE
135147	UA – PONTALINA	GO	Executora	OFF LINE
135148	UA – RIO VERDE	GO	Executora	OFF LINE
135149	UA – SÃO LUIZ DE MONTES BELOS	GO	Executora	OFF LINE
135152	UA – SANTA HELENA	GO	Executora	OFF LINE
135161	UA – ITAPURANGA	GO	Executora	OFF LINE
135427	MERCADO DE OPÇÕES/GO	GO	Executora	OFF LINE
135410	UA – PORTEIRÃO	GO	Executora	OFF LINE
135449	UA – GOIÂNIA	GO	Executora	OFF LINE
135142	UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/GO	GO	Executora	OFF LINE
135143	NUCLEO DE ESTOQUE REGULADOR/GO	GO	Executora	OFF LINE
135540	UNIDADE CONAB PAA/GO	GO	Executora	OFF LINE
135427	MERCADO DE OPÇÕES/GO	GO	Executora	OFF LINE
135153	UA BRASILIA	DF	Executora	ON LINE
135167	UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/DF	DF	Executora	OFF LINE
135168	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/DF-PGPM	DF	Executora	OFF LINE
135169	SILO BUFALO	DF	Executora	OFF LINE
135428	MERCADO DE OPÇÕES/DF	DF	Executora	OFF LINE
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
22211	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão		
135141 135145 135146 135147 135148 135149 135152 135161 135410		22211		

135449 135142 135143 135540 135427 135153 135167 135169 135428	
--	--

As atividades tiveram início em 1.º de janeiro de 1991, com os seguintes objetivos:

● **Objetivos:**

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal;
- Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências;
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

A Superintendência Regional de Goiás/DF- Sureg-GO é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.ª Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3.º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).

Com sede em Goiânia, está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

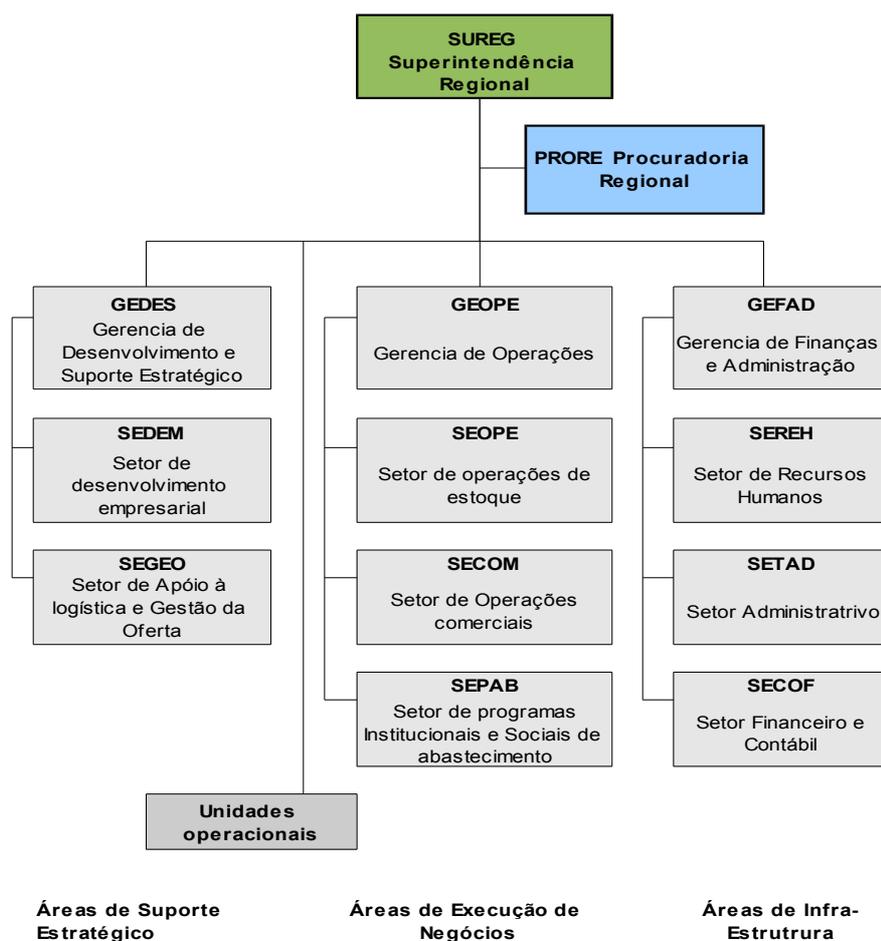
- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e
- Buscar novos negócios;

- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

### 1.1.1 – Estrutura Organizacional

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

**Figura 001 – Organograma Atual**



## **1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos**

### **Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;**

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as

Superintendências Regionais.

## Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

### Macroprocesso de Sustentação de Renda

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce um papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola, contribuindo, desta forma, para a formação de renda dos produtores rurais.

Os preços mínimos são elaborados anualmente, utilizando-se como parâmetros os preços observados (ao produtor, no atacado, no mercado internacional e de paridade), os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto para cada safra, sendo propostos pela Conab, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e fixados por Decreto, a fim de serem praticados nas operações a serem realizadas durante o exercício, mediante instrumentos concebidos para a operacionalização da PGPM.

Citada Política foi criada para dar suporte ao produtor naquelas situações em que os preços de mercado caem a níveis que induzam a prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha, contudo, a monopolizar a comercialização agrícola, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades, saindo do mercado sempre que as condições estiverem recuperadas. A atuação governamental inicia quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões de produção. Por outro lado, todo produto adquirido pelo governo deve retornar ao mercado oportunamente e com os preços de compra compatíveis com os do mercado normal.

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Com vistas a alcançar estes objetivos a Conab utiliza os seguintes instrumentos de intervenção de mercado:

**a) AGF - Aquisições do Governo Federal:** permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição.

**b) Contrato de Opção:** possibilita ao Governo Federal fazer aquisições de produtos de modo seletivo, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

**c) Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida à segmento definido em Aviso específico, a ser arrematado

em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante que se compromete a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas em Regulamento e Avisos específicos. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção.

**d) Valor de Escoamento do Produto (VEP):** valor pago a um segmento consumidor/indústria definido, que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

**e) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (PEPRO):** É concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras. O objetivo do Pepro é reduzir a oferta do produto no mercado a fim de aumentar seu valor e melhorar a renda do produtor rural.

**f) Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** É concedida em leilão público a a segmento previamente definido que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP. No entanto, quem lança os contratos é o setor privado. No caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

### **Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**

Tem como público-alvo os consumidores/adquirentes, diretamente ou indiretamente, por meio de atacadistas, agroindústrias, pequenos criadores, cooperativas de consumo, varejistas, etc é utilizado para complementação do abastecimento quando é identificada a necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, com o objetivo de escoar o produto das zonas de produção para as áreas desabastecidas. Quando há disponibilidade de estoques próprios e/ou interesse em atuar na estabilidade de preços, o Governo pode lançar mão de operações de venda de produtos, que contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos, Venda Balcão, VEP, PEP.

### **Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**

Tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e modernização do setor hortigranjeiro nacional, proporcionando maior interação entre os diversos agentes governamentais envolvidos no setor e os integrantes da cadeia de produção e distribuição, para a melhoria e ampliação das funções dos mercados atacadistas. A padronização e classificação de produtos, embalagens adequadas, rastreabilidade de produtos, a redução do uso de defensivos agrícolas, a produção planejada e com uso das boas práticas agrícolas, são iniciativas preconizadas pelo

programa que deverão favorecer o consumidor a ter maior acesso a alimentos em volume, qualidade e preços justos.

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativo.

Envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: Prohort - O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro e a Refap - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

Encontra-se ainda em fase de definição e pode sofrer alterações conforme o amadurecimento do tema na Companhia.

### **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional.

Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira para a execução dos serviços contratados. Envolvem órgãos Federais, especialmente MAPA, MDS e MDA, Estaduais e Municipais. Atende principalmente programas sociais, entrega de cestas, merenda escolar, dentre outros.

### **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

A Conab, por meio de suas Unidades Armazenadoras (UA), oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

A Sureg-GO não está habilitada para prestação de serviços de classificação, conforme relação disponível no MOC - TÍTULO 09 – CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS - Documento 2 – Entidades Prestadoras de Serviços de Classificação, sendo que para tal serviço são contratadas as empresas classificadoras de produtos agropecuários credenciadas.

A Sureg-GO atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Estado de Goiás.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora destinada a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando torna-la mais competitiva, a Companhia tem envidado esforços objetivando a capacitação dos empregados e a manutenção/modernização de suas unidades focando-se nas exigências das normas de certificação.

### **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

A prestação de serviço essencial da Companhia é voltada para formação e fiscalização dos estoques públicos, bem como, administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), não só nos armazéns próprios, mas principalmente daqueles mantidos nos armazéns privados que são contratados, tendo em conta que a capacidade da Companhia é mínima diante das necessidades de armazenagem demandada pelo Governo Federal.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Sureg-GO participa na manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como a sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em âmbito nacional.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais poderão ser credenciados, a depender do interesse dos seus proprietários. Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos (remoção), que tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção (safras novas), além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade dos estoques.

À Conab realiza uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares sob sua guarda, procedendo sistematicamente, a avaliação de condições técnico-operacionais das Unidades Armazenadoras; o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios e governamentais, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

### **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros.

Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições AGF, Vendas, contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente, a Agricultura Familiar.

### **Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios**

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de

alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## 2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

### 2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

A safra goiana de grãos em 2011/2012 segundo levantamento da Conab teve uma produção na ordem de 18.597,8 mil toneladas, superando a safra obtida em 2011 ( 16.126,0 mil toneladas).

A safra passada já alcançou bons resultados e esse novo ciclo agrícola levou o estado de Goiás a atingir uma safra recorde. Em termo de representatividade na produção, destaca-se o milho e a soja que juntos são responsáveis por 86% da área plantada no estado.

A produtividade média de grãos no ano safra 2011/2012 totalizou 4.148 kg/ha. Na safra 2011/2012, vários produtos apresentaram expansão na área plantada, entre eles, girassol, feijão, milho, trigo, soja.

O estado de Goiás é o maior produtor de sorgo do país, a produção estimada foi 998,9 mil toneladas, uma redução de 11,3% em relação a safra anterior, em decorrência no atraso do plantio. A área plantada com arroz vem sendo reduzida, tal fato deve-se a remuneração melhor para outras culturas, como milho e soja por ser uma cultura hoje em sua maior parte, destinada a pequenos agricultores e assentamentos rurais.

Quanto ao clima, as variações não foram severas, mas sim situações pontuais de falta de chuva em algumas regiões.

Como empresa pública, a Conab não participa em condições competitivas com o mercado na área em que atua. O objetivo de prestação de serviços de armazenagem para terceiros é praticamente irrelevante diante da atual capacidade estática disponível na região. O Estado de Goiás dispõe atualmente de uma oferta superior a 12,7 milhões de toneladas de capacidade estática para armazenamento de grãos (convencional e graneleiro), diante do que a capacidade de armazenamento da Companhia tem uma representatividade inferior a 1%. Assim, entendemos que as unidades de armazenamento da Conab em Goiás deverão se voltar para estimular o desenvolvimento de aprimoramento tecnológico na área de armazenagem e contribuir com o treinamento de mão de obra especializada, procedendo interação com as universidades e demais órgãos vinculados a produção agrícola.

A Conab participa da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira. A Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em quatro grandes segmentos de atividades: Informações do setor Agropecuário, gestão dos estoques públicos, programas sociais e de abastecimento e armazenagem.

A Sureg-GO executa sua gestão de contratos e serviços de terceiros observando os ditames da Lei 8.666/93, Lei 10.520, Decreto 5.450 entre outros. Observa ainda os normativos internos da empresa. A Sureg-Go no exercício de 2012 contava com contratos administrativos na área de: Limpeza e Vigilância ostensiva, Reprográfica, Assessoria Jurídica, locação de veículo, estagiários, manutenção de informática entre outros. As modalidades de contratação mais comum

são através de concorrência e pregão eletrônico.

Quanto aos serviços de armazenagem, por exigências do Manual de Operações da CONAB – MOC e demais Normativos Vigentes, foram formalizados diversos contratos de prestação de serviços entre empresas que atuam na área de armazenamento de grãos, depositantes, Classificação de Produtos Vegetais, Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico, Vinculados e/ou propriedade do Governo Federal e Acordos a execução dos serviços de braçagem na movimentação de carga e descarga dos produtos agropecuários e de prestação de outros serviços que lhe sejam correlatos e complementares, no interior ou exterior da unidade armazenadora designada pela CONAB.

Nos Contratos de Depósitos firmados entre as empresas Armazéns Gerais, Cooperativas e Depositantes (clientes) são observadas as instruções contidas no Processo da Conab nº 00.0236/1992 e Lei nº 9.973, de 29/05/00, Regulamentada pelo Decreto nº 3.855, de 03/07/01 e legislação vigente no País. Com referência os Acordos Coletivos citados, foram elaborados de acordo com a Lei nº 12.023/2009 e demais instruções da Conab. Os instrumentos firmados entre a CONAB e as Empresas que executam a prestação de serviços de classificação de grãos, foram com base nas disposições da Lei nº 9.972, de 22 de maio de 2000 e do Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas e regulamentos complementares.

Os contratos de depósitos versão IV processo Conab 00.0236/1992, são elaborados de acordo com as instruções inseridas no MOC – Manual de Operações da CONAB pelas Superintendências Regionais da CONAB e em conjunto com os Agentes Armazenadores, em relação aos contratos de depósitos firmados entre a CONAB/Unidade Armazenadora Própria e Depositantes (clientes), observando as instruções da SUARM/GECAD/MATRIZ. Os Acordos Coletivos de braçagens são formalizados nas Superintendências Regionais da CONAB e com as devidas orientações da SUARM/GECAD, bem como as demais legislações vigentes. Os contratos para prestações de serviços de classificações de produtos vegetais, são elaborados pela CONAB/MATRIZ observando a legislação vigentes e demais instruções pertinentes.

### Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

A Companhia, no decorrer de suas atividades, pode enfrentar vários riscos que interferem no cumprimento de seus objetivos e conseqüentemente de sua Missão, sejam restrições orçamentárias, falta de pessoal qualificado ou até mesmo a má gestão dos recursos públicos. A seguir estão elencados, por área, os diversos riscos que comprometem o bom desempenho operacional e administrativo para o período atual e para os próximos anos, alguns deles com as medidas já adotadas para que sejam sanados.

**Quadro 2.1.1 - Fatores que Representam Riscos na gestão**

Área	Riscos	Medidas adotadas para mitigar/sanar riscos
Administrativa	Gestão de Contratos	Capacitação de fiscais e gestores de contratos a fim de evitar má gestão dos contratos que tragam problemas administrativos, civis e penais aos gestores
PAA	Necessidade de atualização do MOC e elaboração de NOC	A Superintendência já deu início à atualização do MOC e elaboração do NOC no período e foram encaminhados às Suregs para análise e sugestões/alterações
	Necessidade de implantar um Plano Nacional de Fiscalização do PAA	Articulação com a Superintendência de Fiscalização para implantação do Plano
	Revitalizar o Plano Nacional de Supervisão do PAA	A Supaf está procedendo a atualização dos formulários que fazem parte do Plano de Supervisão

Área	Riscos	Medidas adotadas para mitigar/sanar riscos
Armazenagem	Equipamentos ultrapassados ou que não funcionam / dificuldade para adquirir equipamentos	Aprovação da Resolução nº 01, de 15/05/2012 que aprovou a descentralização de dotação orçamentária às Sureg, para agilizar a contratação de obras e serviços de pequeno porte, compra de materiais e pagamento de serviços de manutenção nas unidades armazenadoras
	Falta de pessoal qualificado, incluindo agrônomos p/ orientar trabalhos técnicos, engenheiros e arquitetos, para as comissões de licitação	
	Restrição orçamentária e financeira, inclusive para viagens de engenheiros e técnicos	
	Má conservação do produto por equipamento que não funciona ou falta de aplicação de inseticida	Monitoramento nos armazéns com restrição técnica, venda ou remoção dos produtos estocados
Fiscalização	Produto com qualidade e quantidade inferior à armazenada devido a vários fatores como: tempo do produto em depósito, limpeza e higienização, qualidade das instalações, histórico do agente armazenador, etc.	A fiscalização adota medidas preventivas e punitivas para garantir a satisfatória prestação de serviço de armazenagem, vistoriando o armazém na aquisição do produto, durante o período em depósito e na expedição do produto
	Potencial incidência de acidentes que os fiscais estão sujeitos nos armazéns, como: estruturas enferrujadas/antigas, armazéns/silos de altura elevada, acidente rodoviário em viagens, intoxicação por agrotóxicos, etc.	Orientação aos fiscais, utilização de equipamento de proteção individual-EPI, solicitação à área competente para aumento e renovação do quadro de fiscais que apresenta média de idade acima de 50 anos
	Não aplicação das penalidades devidas, flexibilização dos normativos, ausência ou lentidão de providências para administrar adequadamente os estoques, adoção de medidas preventivas que evitem perdas e avarias	
	Nas vendas e subvenções: extravio de recurso do erário, cumprimento dos objetivos dos programas, continuidade das operações apesar das irregularidades, não pagamento do preço mínimo ao produtor rural	Recomendação de reordenamento/aperfeiçoamento dos programas subvencionados e controle interno com cruzamento de informações
	Medidas de recuperação do prejuízo pouco eficiente; perda de prazo para efetuar a cobrança, petição judicial e realização da <i>notitia criminis</i>	A Sufis faz o devido encaminhamento às áreas responsáveis, não sendo de sua responsabilidade a providência eficiente
Programa Vendas em Balcão	Baixos estoques reguladores e estratégicos nas áreas de produção, consumo e dificuldade na realocação dos estoques governamentais para atendimento ao criador de pequeno porte, logística do transporte, armazenagem, estiva e braçagem e as deficiências da Conab (pessoal, material, etc) nas Suregs e nas Unidade Armazenadoras.	
Levantamento de Safras	Metodologia utilizada na avaliação de safra (subjetiva) traz os riscos inerentes ao próprio método. As informações colhidas das fontes principal e secundária são relevantes para o resultado final. Esse tipo de risco pode ser caracterizado como técnico e estratégico, pois o resultado do processo pode comprometer a imagem da Conab.	A utilização de monitoramento da safra pelo uso de imagens de satélite, o acompanhamento de informações de órgãos estaduais e federal que realizam levantamentos de safra e outros pontos de checagem (meteorologia, troca de informações, viagem de campo entre outras) são medidas de redução de risco. Outro aspecto a citar é a conscientização da necessidade de

Área	Riscos	Medidas adotadas para mitigar/sanar riscos
		alteração metodológica. Esse processo iniciou novas discussões a respeito do assunto e a priorização da matéria para 2013
	Falta de pessoal qualificado. A utilização de profissionais das Suregs no desenvolvimento dos trabalhos e de sua qualificação são sempre dependentes da oportunidade e do momento	Uso de consultores ou de esforço concentrado de tarefas prioritárias, mas são ações paliativas
Remoções	As empresas ofertarem um valor no Pregão abaixo do valor de mercado e não executar os serviços contratados em razão da diferença de valores; Problemas operacionais nos armazéns de origem e de destino; Sobrecarga dos sistemas de transporte de carga do país; Flutuações dos preços de transporte em curto espaço de tempo; etc.	

## 2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

### Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

As Unidades Armazenadoras da CONAB em Brasília/DF, Goiânia, Itapuranga, Palmeiras de Goiás, Paraúna, Pontalina, Porteirão, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e São Luís de Montes Belos/GO, atendem a pequenos, médios e grandes produtores, que cultivam as lavouras de arroz em casca, feijão, milho, soja, sorgo e trigo.

A maioria dos estoques de terceiros permanecem armazenados em Unidades Próprias, em torno de 03 (três) meses, visto que os preços de comercialização no exercício de 2012, apresentavam superiores aos preços mínimos do Governo Federal. Outro fator relevante é que os produtores têm preferido estocar com empresas que também comercializam a sua produção, principalmente, no mercado futuro. Quanto a periodicidade ocorre entre os meses de fevereiro a abril de cada exercício.

Os estoques públicos são constituídos por produtos adquiridos pelo Governo Federal, em decorrência das operações da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e daqueles em mãos do setor privado, objeto de realização de empréstimos do Governo Federal sob cláusulas especiais para sua liquidação (AGF). A PGPM é uma importante ferramenta para garantir renda ao produtor rural e oferta da produção para a sociedade. Além disso, a subvenção do Governo é necessária em determinado momento para garantir a transferência do excedente de uma região para outra.

Os instrumentos da PGPM para a formação dos estoques são AGF e Contrato de Opção cujo impacto é a intervenção no mercado, regularidade no abastecimento, redução na oscilação de preços e beneficia o produtor rural, agricultor familiar, cooperativas, etc.

Os instrumentos da PGPM de apoio a comercialização (prêmios e subvenção) são PEP -Prêmio para Escoamento de produto PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor, cujo impacto é a intervenção no mercado, regularidade no abastecimento e escoamento da produção e beneficiam tanto o produtor rural da região de origem como na região de destino.

## Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, considerando a pequena capacidade estática dos armazéns próprios e o grande volume de estoques existentes na área sob jurisdição da Sureg-Go, obrigatoriamente e sistematicamente ocorre a utilização dos serviços de armazenagem da rede privada.

### Quadro 2.2.1 - Armazenagem

UF	Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
DF	COOPA/DF-COOP AGROP DA REG DO DF	00518969000159	59.080
	CARGILL AGRÍCOLA S/A	60498706027942	40.586
	ADM ARMAZÉNS GERAIS LTDA	36320794003303	36.313
	BASA-BRASILIA ALIMENTOS S/A	10292060001070	29.653
	SADIA S/A	20730099010580	23.075
	FENIX ARMAZENAGEM E TRANSPORTES LTDA	32917536000162	14.475
	COMPANHIA A VICOLA E PECUARIA DE BRASILIA - COPERBRAS	00504282000164	12.050
	AGROP BRASILIA LTDA	00518696000142	11.499
	AGROP CENCI LTDA	00723627000170	10.680
	MULTIGRAIN S/A	06963088001103	10.340
GO	COMIGO-COOP AGROINDL PROD RUR SUDOESTE GOIANO	02077618000266	366.937
	GOIAZEM ARMS GERAIS LTDA	02587681000757	345.820
	LOUIS DREYFUS COMMODITIES BRASIL S/A.	47067525007625	195.250
	BAGEL-ARMS GERAIS BOM JESUS LTDA	02180451000183	164.305
	SABA ARMAZENS GERAIS LTDA.	02138600000146	150.997
	MARWILL ARMAZENS GERAIS LTDA	08459461000562	150.691
	COMIGO-COOP AGROINDL PROD RUR SUDOESTE GOIANO	02077618001742	144.510
	COMIGO-COOP AGROINDL PROD RUR SUDOESTE GOIANO	02077618001238	142.601
	BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101005748	139.144
	CARAMURU ALIMENTOS LTDA	00080671004792	111.936

Fonte: Suarm/Gearm

### b) Comercialização

Não há empresas em Goiás que prestam serviços análogos ao da Conab, visto que a missão institucional da Conab é a implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo, além de formar estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

### c) Classificação

Sureg-Go não faz classificação de produtos.

**Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)**

Em 2012 a receita com serviços de armazenagem de produtos de terceiros foi de R\$ 3.194.357,64, menor em 22,1% em relação ao ano de 2011. Essa queda foi motivada principalmente por problemas nos secadores das Unidades, que ficaram inoperantes por falta de óleo mineral cujos fornecedores não tiveram interesse em vender para a Conab, houve ainda a falta de manutenção corretiva nos equipamentos de processamento de grãos devido a dificuldade de reposição de peças. Esses problemas fizeram com que os armazenadores preferissem estocar em outros armazéns, principalmente naqueles que comercializam sua produção, principalmente no mercado futuro.

### Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

#### Quadro 2.2.2 - Principais clientes do setor privado – comercialização

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
04.773.061/0001-42	Paraiso Nutrição animal Ltda	Milho	600	214.200,00
01.111.368./0001-90	Contral Com. E Transp. Alim. Ltda.	Feijão	40	55.747,19
31.804.115/0002-49	Cereias do Nico Ltda.	Feijão	121	173.247,80
25.006.271/0001-85	Gem Agro Industrila e com. Ltda.	Feijão	900	361.800,00
01.730.520/0011-94	Corn Produtos Brasil Ltda	Milho	1.500.	681.750,00
08.216.683/0005-54	Paulo Yoshinobu Uexama	Milho	555	216.283,03
347.397.771-34	Celso Gonçalves de Castro	Milho	450	159.030,00

#### Quadro 2.2.3 - Principais clientes do setor público – armazenagem

UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
DF	26.461.699/0274-61	Cia Nac. de Abastecimento-PGPM-	Feijão, Milho,etc.	6.125.607	2.157.905,15
	26.461.699/0342-47	Cia Nac. de Abastecimento-M.Opções	Prod. Industrializ.	5.371,084	2.439.943,88
GO	26.461.699/0357-23	Cia Nac. de Abastecimento-M.Opções	Milho	79.723.224	20.602.278,73
	26.461.699/0217-73	Cia Nac. de Abastecimento-PGPM-	Arroz,Milho,etc	16.322.015	8.446.286,36
	26.467.699/0433-19	Cia Nac. de Abastecimento-PAA	Arroz, Açucar,etc	2.367.327	2.245.447,19
<b>TOTAL</b>				109.909.257	35.891.861,31

#### Quadro 2.2.4 - Principais clientes do setor privado – armazenagem

UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Peso movimentado (kg)	Valor movimentado (R\$)
DF	840461010383-28	Bunge Alimentos S/A	Milho	32.975.475,730	22.514.068,17
	041750270003-38	Globalbev Bebidas e Alimentos S/A	Prod. Manuf.	5.357.120,175	26.907.247,62
	742996600009-09	Bonduelle do Brasil Prod. Alim. Ltda	Prod. Manuf	3.699.287,202	7.695.895,36
	025613930001-38	Apros Indústria e Comércio Ltda	Açucar	2.039.550,002	2.612.962,09
GO	085057360003-95	Flora Produtos de Higiene e Limpeza ltda.	Prod. Manuf	1.407.857,908	2.348.225,04
	020034020043-24	ADM do Brasil Ltda.	Soja	6.215.940,000	4.475.476,80
	093119540001-90	Agrofield C. Oeste Com. Prod. Agrícolas	Açucar	3.153.000,000	3.989.430,00
	018387230172-83	BRF - Brasil Foods S.A	Laticínios	3.072.875,000	13.544.838,94
	006853830003-40	Coodetec– Coop. Central de Pesq. Agrícola	Sementes	2.794.811,550	5.451.546,07
	076037870001-25	GOMIL Comércio de Cereais Ltda.	Milho	2.621.000,000	1.022.190,00
	086473840001-40	Mix Indust. Comerc. de Cereais Ltda	Milho	2.187.720,000	908.379,57
	126480280001-19	Granja Aviforte Ltda	Milho	2.000.000,000	473.999,99
	031367820001-89	Granja Azevem Ltda.	Milho	1.600.000,000	427.160,00
	131038240001-39	Ferreira Evangelista e Siqueira Ltda.	Milho	1.379.000,000	456.168,11

	765372400001-91	Kowalski Alimentos Ltda	Miljho	1.240.000,000	459.708,00
TOTAL				71.743.637,567	93.287.295,76

### 3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

A principais ações realizadas pela Conab fazem parte do Programa Abastecimento Agroalimentar e Programa Gestão da Política Agropecuária.

O primeiro tem como objetivo geral contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento.

O segundo, coordenado pela SPA/MAPA, tem como objetivo geral coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos,

#### 3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

##### **Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País**

Os estoques são formados através dos instrumentos de PGPM ( AGF e Contrato de Opção), entretanto no exercício de 2012, em virtude dos preços pagos aos produtores de milho, soja e feijão, que são os produtos de maior volume de produção, não houve a necessidade de intervenção governamental no apoio a comercialização e ou a aplicação dos instrumentos de subvenção como PEP E PEPRO.

#### 3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

##### 3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Em 2012 não houve aquisição de produtos agrícolas através de AGF pela Superintendência Regional de Goiás, a aquisição restringiu-se a aquisição de sacaria no montante de 250.000 unidades no valor de R\$ 255.508,00 para atender doação de produtos originários da PGPM.

##### **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

#### **Resultado financeiro geral**

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

##### 3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Foi criado em 2003, o Programa de aquisição de alimentos (PAA) é uma ação interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, e ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Formação de Estoques da Agricultura Familiar (CPR Estoque) e Doação Simultânea (CPR Doação).

## **Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação**

### **Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF**

E a aquisição efetuada diretamente de agricultores familiares ou de associação de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os principais produtos amparados são : arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo e outros que sejam previamente autorizados pela Conab. É realizado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço de referência.

Em 2012 não houve Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF.

### **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação**

Na modalidade CPR-Doação, a Superintendência de Goiás, atendeu 30 municípios nas diversas regiões do Estado, beneficiando diretamente 2.470 produtores com aquisições de 4.637.283,0 toneladas de produtos diversos no montante de R\$ 11.303.464,18.

### **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque**

É uma das modalidades do PAA, operadas pela Conab, que possibilita às organizações da agricultura familiar obter recursos para a aquisição de produtos da safra vigente, próprios para o consumo humano, com o objetivo de formar estoques, tanto do produto “in natura” como do produto processado/beneficiado/industrializado e, assim, criar condições para melhor comercializá-los de acordo com os movimentos do mercado. Pode ser realizada durante o ano todo.

Nesta modalidade são admitidas as formas de liquidação com a entrega do produto ou com a liquidação financeira no vencimento da CPR-Estoque. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2012 a Sureg-Go adquiriu por meio de CPR-Estoque e com recursos do MDA a quantidade de 889.180 toneladas de alimentos beneficiando 73 agricultores familiares.

## **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de**

### eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

O PAA é uma das ações da Estratégia Fome Zero que apoia entidades socioassistenciais e programas sociais locais. É um programa de intervenção direcionado ao público da agricultura familiar e se dá por meio da distribuição de alimentos adquiridos dos agricultores familiares, com quantidade, qualidade e regularidade, atestados pelos órgãos de inspeção federal, estadual ou municipal quando se tratar de produtos de origem animal. O Programa incentiva a diversificação das atividades, contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive aqueles oriundos da agrobiodiversidade brasileira. O programa é voltado também para os aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, indígenas membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados, enquadrados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Pelo pequeno volume de recursos orçamentários/financeiros envolvidos, não tem como objetivo a regulação de mercado, cuja ação fica por conta da PGPM. Neste contexto, tendo em vista que as demandas de aquisição que se apresentaram foram totalmente atendidas, supõe-se que as ações foram efetivadas na media em que seguraram os preços e garantiram renda ao público destinatário do Programa.

#### Quadro 3.2.5.1– Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CPR Doação	MDS	Diversos	4.637.283	11.303.464,18
CPR Estoque	MDA	Diversos	889.180	515.195,20
<b>Total MDS</b>			<b>4.637.283</b>	<b>11.303.464,18</b>
<b>Total MDA</b>			<b>889.180</b>	<b>515.195,20</b>
<b>Total Geral</b>			<b>5.526.463</b>	<b>11.818.659,38</b>

Fonte: Dipai/Supaf

A diferença entre o valor da aquisições e valor liquidado no siafi, justifica-se com os inscritos em restos a pagar, aquisição de sacaria para produtos e impostos.

#### Dez maiores operações em cada modalidade

#### Quadro 3.2.5.2 – Dez maiores operações na CPR-Estoque

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
MDA	Coop. M. Dos agric fam Extrat. Pesc.s vazanteiros guias turisiticos do cerrado	Baru	824.999	247.499,70
MDA	Coop. M. Dos agric fam Extrat. Pesc.s vazanteiros guias turisiticos do cerrado	Gergelim	43.000	146.200,00
MDA	Cooperativa De Agricultura Familiar De Itapuranga	Polpa de fruta	11.000	60.500,00
MDA	Coop. M. Dos agric fam Extrat. Pesc.s vazanteiros guias turisiticos do cerrado	Pimenta	8.181	44.995,50
MDA	Coop. M. Dos agric fam Extrat. Pesc.s vazanteiros guias turisiticos do cerrado	Pequi	2.000	16.000,00
<b>Total</b>			<b>889.180</b>	<b>515.195,20</b>

Fonte: Dipai

**Quadro 3.2.5.3 – Dez maiores operações na CPR-Doação**

Origem do Recurso	proponente	Produto	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
MDS	COOPMAI- Coop.M.dos Agr.de Itumbiara	Diversos	173.932	805.441,00
MDS	Coop. M. Dos agric fam. Extrat. Pesc.s vazanteiros guias turisticos do cerrado	Diversos	35.250	634.500,00
MDS	Assoc. de mini e pequenos produtores da comunidade bicudo	Diversos	134.704	566.227,91
MDS	Associação dos agricultores familiares da regioao oeste do estado de goias	Diversos	121.331	542.187,25
MDS	Associação Das Mulheres Exercendo Cidadania	Diversos	279.510	527.961,50
MDS	Coop. Mista Da Agric. Fam. De Mundo Novo Goiás E Região-Comafm	Diversos	116.659	503.812,31
MDS	Cooperativa De Agricultura Familiar De Itapuranga	Diversos	200.204	460.563,30
MDS	Cooperativa Mista Dos Agricultores Familiares De Pontalina	Diversos	198.922	441.540,38
MDS	Cooapraçu - Cooperativa Mista Agropecuária Dos Produtores Rurais De Minaçu	Diversos	150.838	391.368,38
MDS	Cooperativa Dos Agricultores Familiares Ecológicos Do Cerrado Ltda	Diversos	158.176	384.000,00
<b>Total</b>			<b>1.569.526</b>	<b>5.257.602,03</b>
Fonte: Dipai/Supaf				

**Doações de produtos Alimentícios.****Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**

A ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios básicos e a distribuição gratuita desses gêneros em forma de “cestas” de alimentos, com o intuito de atender, em caráter emergencial e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A Superintendência Regional de Goiás/DF, atendeu em 2012, um total de 23.149 famílias, com 76.079 atendimentos e 1.866.235 kg de alimentos entregues, conforme quadro de distribuição abaixo:

**Quadro 3.2.5.4 – Demonstrativo de distribuição de cestas de alimentos**

Ano		Beneficiários					Total	
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB <sup>1</sup>		Indígenas
2010	N.º Famílias	13.529	2.275	500	1.425	2.290	65	20.084
	Quant. Cestas	59.626	14.202	3.000	3.425	12.888	65	93.206
	Quant. Produtos(kg)	1.374.000	333.000	82.000	83.000	288.000	2.000	2.162.000
2011	N.º Famílias	7.629	2.275	500	300	2.290	0	12.994
	Quant. Cestas	21.395	11.985	3.600	300	16.530	0	53.810
	Quant. Produtos(kg)	550.000	295.000	88.000	8.000	392.000	0	1.333.000
2012	N.º Famílias	12.288	2.275	1.300	4.936	2.290	60	23.149
	Quant. Cestas	43.627	7.396	4.600	6.736	13.600	120	76.079
	Quant. Produtos(kg)	998.572	173.880	109.400	229.992	351.691	2.700	1.866.235

Em relação ao exercício anterior verifica-se um aumento de 78,15% no número de famílias atendidas, de 41,38% na quantidade de atendimentos e de 40% na quantidade de produtos distribuídos.

### Doações do PAA- Agricultura familiar/MDS

Através da UA/Goiânia, foram doados a entidades cadastradas diversas, 214,040 quilos de arroz beneficiado – tipo 5, vinculado ao PAA/MDS, totalizando R\$ 254.707,60.

### Doação de Feijão da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM/AGF

Amparado pela Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Sureg-GO promoveu a doação de 1.668.980 quilos de feijão cores tipo 1 e 2 vinculado a PGPM a diversas instituições filantrópicas, Banco de Alimentos, Prefeituras Municipais entre outros. As doações foram efetivadas através das Unidades Armazenadoras da Conab de Goiânia, Palmeiras de Goiás, Rio Verde, Santa Helena e da Unidade Armazenadora credenciada denominada Armazém Boa Esperança, situada no município de Jataí-GO.

### 3.3 - Principais indicadores de desempenho

Indicadores desenvolvidos pela Matriz, ainda se encontram em fase de análise, se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade.

#### Quadro 3.3.1 Principais indicadores de desempenho

3	<b>Nome do Indicador:</b> N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia	2012	2011	2010
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Verificar o volume de documentos conferidos por dia			
	<b>Análise do Resultado:</b> considerar o volume médio de produto (quantidade em toneladas) por DCO			
4	<b>Nome do Indicador:</b> Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
5	<b>Nome do Indicador:</b> Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.			
	<b>Análise do Resultado:</b>			

6	<b>Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
7	<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
8	<b>Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
9	<b>Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa			

## 4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

### 4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

### **Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado e Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado**

Em Goiás, a Conab interviu nos mercados milho e feijão, conforme detalhado a seguir.:

**Feijão:** O feijão cores teve ação apenas de Venda em Leilão com a finalidade de regular os preços

que se encontravam em patamares elevados, porém não houve resultado pela qualidade do produto, que não é bem aceita no mercado. A armazenagem em ambiente natural, por período superior a seis meses, apesar de conservar a qualidade nutricional do feijão cores, reduz sua qualidade visual, que atualmente é de alta relevância para o consumidor final. A cultura de feijão vem enfrentando altos e baixos nos últimos anos, a instabilidade dos preços, a baixa liquidez e os problemas climáticos, fizeram os produtores migrarem parte da lavoura para outras culturas, como milho e soja. Com isso, a redução da área plantada, os preços do feijão em 2012 sofreram significativo aumento, obrigando o governo a intervir no mercado para garantir o abastecimento interno.

**Milho:** O milho, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do preço mínimo por apenas uma semana, os preços praticados em 2012 não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. A seca que provocou forte quebra na produção de milho nordestino de grãos, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

A pauta de produtos amparados pela PGPM é composta por vários produtos. Destes tradicionalmente a Conab realiza intervenções, seja por aquisições ou por concessão de subsídios para escoamento, nos mercados de arroz, feijão, milho, sisal e trigo e esporadicamente algodão, fécula, leite, sorgo e uva. Em 2012 os principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tiveram seus preços de mercado bem acima do mínimo estabelecido pelo governo federal, com melhoria na remuneração do produtor. “Isso fez com que a Conab tivesse pouca participação na aquisição com vistas à formação de estoques públicos.” Além de significar melhoria de condições de trabalho para o homem do campo, a menor intervenção também implica na diminuição de custos para a Conab, relativos à armazenagem dos produtos, sua guarda e também conservação.

## 4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

### 4.2.1. Venda em Leilão Público

#### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Nas vendas de estoque públicos governamentais por meio de leilões públicos ao longo do exercício de 2012, foram ofertadas 50.653,5 toneladas de produtos, conforme demonstrativo abaixo.

#### Quadro 4.2.1.1– Demonstrativo da Comercialização de Vendas em Leilão Público

Produto	Quantidade (ton)		Valor da Operação c/ICMS (R\$)
	Ofertada	Negociada	
Arroz	13,2	0,0	0,00
Feijão -DF	60,0	60,0	93.012,40
Feijão -GO	2.446,0	1.505,9	1.225.971,29
Milho	48.134,3	5.516,0	1.964.119,80
<b>Total</b>	<b>50.653,5</b>	<b>7.082</b>	<b>3.283.103,49</b>

Fonte: Dirab/Suope

**Quadro 4.2.1.2 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público**

Ordem	UG	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	DF	CAL Ind. E Comercio de Alimentos Ltda.	Feijão	517	353.581,78
2	GO	Contral com. E transp. Alim.	Feijão	71	55.776,00
3	GO	Cia de distribuição Araguaia	Feijão	78	52.416,00
4	GO	São Salvador Alimentos S/A	Milho em grãos a granel	3.000	1.071.000,00
5	GO	Sebastião Luiz de Oliveira Junior	Milho em grãos a granel	1.127	310.082,00
6	GO	Paraíso Nutrição animal Ltda.	Milho em grãos a granel	600	214.200,00
7	GO	Luiz Carlos Sobrinho	Milho em grãos a granel	490	178.886,87
8	GO	Celso Gonçalves de Castro	Milho em grãos a granel	450	159.030,00
9	GO	Moisés Divino Pires	Milho em grãos a granel	82	28.555,80
10	GO	Edvaldo Antonio Lopes	Milho em grãos a granel	54	19.083,60
<b>Total</b>				<b>6.469</b>	<b>2.442.612,05</b>

Fonte: Dirab/Suope

**4.2.2. Venda em Balcão****Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação**

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos de diferentes produtos agrícolas, tais como, milho, arroz em casca, trigo, entre outros, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

A Conab encontra-se presente em todas as regiões brasileiras quando se faz necessária a sua intervenção para garantir a manutenção das atividades do pequeno criador rural. O Programa de Venda em Balcão encontra-se implantado em todas as Unidades Armazenadoras jurisdicionadas no Estado de Goiás sendo: Goiânia, Itapuranga, Palmeiras de Goiás, Paraúna, Pontalina, Porteirão, Rio Verde, Santa Helena e São Luiz Montes Belos-GO e UA/Brasília, através das quais é comercializado o produto Milho em grãos.

Em 2012 a comercialização de Vendas em Balcão na Sureg-GO/DF foi de 13.750.197 toneladas de milho com uma receita de vendas de R\$5.304.247,21 com um número de 1.360 atendimentos, distribuídos conforme quadro abaixo:

**Quadro 4.2.2.1 – Demonstrativo das Vendas em Balcão**

GO/DF	2012		
	Kilos	Valor(R\$)	Atend.
Ua/Itapuranga	2.820.150	1.174.804,09	371
Ua/Palmeiras	1.445.124	534.873,18	96
Ua/Parauna	1.268.368	467.148,62	66
Ua/Pontalina	2.744.439	1.018.293,38	122
Ua/Rio Verde	284.122	100.393,97	41
Ua/Santa Helena	139.982	52.755,42	51
Ua/São L.M.Belos	1.772.944	692.657,81	134
Ua/Porteirão	236.935	85.726,37	11
Ua/Goiânia	33.803	14.082,44	5
Ua/Brasilia	3.004.330	1.163.511,93	463
<b>TOTAIS</b>	<b>13.750.197</b>	<b>5.304.247,21</b>	<b>1.360</b>

**Dez maiores operações na modalidade****Quadro 4.2.2.2 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão**

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (kg)	Total da Operação(R\$)
1	José Tarcisio Mota	Milho	112.000	47.135,20
2	Welinton Almeida de Oliveira	Milho	112.000	44.052,00
3	Renato José da C. Queiroz	Milho	111.990	42.007,37
4	Paulo Cesar Machado	Milho	111.760	42.143,30
5	Antonio Luiz de Carvalho	Milho	107.300	38.955,26
6	Valdeir Jacinto Cruvinel	Milho	97.978	34.760,87
7	Celso Cardoso Carlos Santos	Milho	88.200	32.940,82
8	Olimpio Coelho de Moraes	Milho	83.981	30.094,20
9	Divino Célio Neves	Milho	83.934	30.669,30
10	Clayton César de Oliveira	Milho	82.650	31.063,39
<b>Total</b>			<b>991.793</b>	<b>373.821,71</b>

Fonte: Dirab/Supab

**4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP**

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

### Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No ano de 2012 a Sureg-GO realizou leilões de VEP com oferta para venda de 141.778 toneladas e milho em grãos armazenados no Estado de Goiás, dos quais foram negociados 109.414 toneladas, conforme quadro a seguir.

#### Quadro 4.2.3.1 – Demonstrativo de Comercialização de VEP

Produto	Vínculo do Produto	UF Origem	Quantidade ( ton)		UF Destino	Valor da Operação c/ ICMS (R\$)
			Ofertada	Negociada		
MILHO	AGF	GO	39.220	33.724		13.310.255,68
	C.Opção	GO	102.558	75.690		27.869.893,50
<b>Total</b>			<b>141.778</b>	<b>109.414</b>		<b>41.180.149,18</b>

Fonte: Dirab/Suope

### Dez maiores operações na modalidade

#### Quadro 4.2.3.2– Dez maiores operações de VEP

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (kg)	Total da Operação(R\$)
1	José Anselmo Queiros	Milho	187.500	34.725,00
2	Severino José da Neves	Milho	150.000	27.780,00
3	Sonia Elizabete Denadai	Milho	250.000	46.300,00
4	Marcos da Silva Barros	Milho	220.000	40.744,00
5	Antonio Joaquim Alves	Milho	150.000	29.520,00
6	Tereza Cristina Brito	Milho	325.000	63.960,00
7	Mauriceia Alimentos do NE	Milho	1.000.000	196.800,00
8	Marcondes Antonio Tavares	Milho	1.000.000	196.800,00
9	Guarabira Aves Ltda	Milho	700.000	148.260,00
10	Avicola Triunfo Ltda.	Milho	300.000	67.890,00
<b>Total</b>			<b>4.282.500</b>	<b>852.779,00</b>

**Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

### Resultado financeiro geral

**Quadro 4.2.3.3 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	Contrato de Opção	Sacaria (mil unid)	250.000	255.508,00
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>250.000</b>	<b>255.508,00</b>
Venda	Venda em Leilão Público	Arroz, café, feijão, milho, trigo e sisal	7.082	3.283.103,49
	Venda em Balcão	Quirera, farelo de arroz e milho	13.750	5.304.247,21
Subvenção	VEP	Milho	109.414	41.180.149,18
<b>Total das Vendas e Subvenção</b>			<b>130.246</b>	<b>49.767.499,88</b>

**4.3. Principais indicadores de desempenho**

Indicadores desenvolvidos pela Matriz ainda se encontram em fase de análise, se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade.

**Quadro 4.3.1 – Principais Indicadores de desempenho**

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores			
Análise do Resultado:			

**5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO**

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

**5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Portaria n.º 171 de 24 de março de 2005, instituiu o PROHORT– Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, no âmbito da Conab, tendo como objetivos estimular e coordenar a captação de dados relativos ao processo de comercialização dos mercados atacadistas de hortigranjeiros e a integração dos seus respectivos bancos de dados, universalizando as informações.

Tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e modernização do setor hortigranjeiro nacional, proporcionando maior interação entre os diversos agentes governamentais envolvidos no setor e os integrantes da cadeia de produção e distribuição, para a melhoria e ampliação das funções dos mercados atacadistas. A padronização e classificação de produtos, embalagens adequadas, rastreabilidade de produtos, a redução do uso de defensivos agrícolas, a produção planejada e com uso das boas práticas agrícolas, são iniciativas preconizadas pelo programa que deverão favorecer o consumidor a ter maior acesso a alimentos em volume, qualidade

e preços justos.

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativo.

### **Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados**

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br).

- **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;
- **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;
- **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;
- **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

**Quadro 5.1.1 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas**

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
GO	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

Criada no início dos anos 70, com objetivo de organizar a comercialização de hortigranjeiros e cereais, a Ceasa-GO conseguiu consolidar, ao longo das duas últimas décadas, a infra-estrutura necessária para que produtores rurais e comerciantes tivessem o espaço garantido para a venda destes e de outros produtos para a alimentação.

As Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa-GO) tem como principais metas incentivar a produção, programar mercados, orientar e disciplinar a distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios de forma a atender a demanda do mercado e as políticas sociais do governo. Participar dos programas de governo para produção e abastecimento a nível regional e nacional, promovendo e facilitando o intercâmbio de mercado com as demais unidades do sistema e entidades vinculadas ao setor, através, inclusive de participação acionária. Firmar convênios, acordos e contratos, com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, auxiliar nas políticas de preços do Governo, estudos e processos, para comercialização de gêneros alimentícios

### **Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas de produtos e principais**

mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).

**Quadro 5.1.2 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros**

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação (%)	Valor (R\$)		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
CEASA-GO - Goiânia	800.786,6	341.698,7	-57,33	101.870.980, 57	499.333.040, 00	390,16

Fonte: Site [www.ceasa.gov.br](http://www.ceasa.gov.br)

## 5.2 - Principais indicadores de desempenho

Indicadores desenvolvidos pela Matriz, ainda se encontram em fase de análise, se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade.

**Quadro 5.2.3 - principais indicadores de desempenho**

	Nome do Indicador: Percentual de mercados atacadistas de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort	2012	2011	2010
1	Objetivo do Indicador: Estimar o percentual de mercados atacadistas nacionais de hortigranjeiros integrados à base de dados da Conab/Prohort.			
	<b>Análise do Resultado:</b>			

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

**Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas**

**Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)**

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social, a atividade de armazenagem desenvolvida pela CONAB tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

Informamos que a maioria dos estoques de terceiros permanecem armazenados em Unidades Próprias, em torno 03 (três) meses, visto que os preços de comercialização no exercício 2012, apresentavam superiores aos preços mínimos do Governo Federal. Outro fator relevante em que os produtores têm preferido estocar com empresas que também comercializam a sua produção, principalmente, no mercado futuro. Ressaltamos que 11 (onze) secadores Kw 8 e Kw 15, totalizando uma capacidade de processamento de produtos (secagem), em torno de 140 t/hora, ficaram inoperantes, por falta de aquisição de óleo mineral (OC 2A) e outros necessitam manutenções corretivas, em face dos fornecedores do referido combustível não tiveram interesse na participação

da venda junto a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – SUREG/GO e, no tocante as manutenções corretivas nos equipamentos de processamento de grãos apresentaram algumas dificuldades inerentes as reposições de peças, devido que esses secadores foram adquiridos na década 70 pela ex Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM.

Quanto ao custo médio de armazenagem, estamos aguardando os indicadores que estão sendo desenvolvidos pela Matriz, que ainda se encontram em fase de análise.

#### Quadro 6.1.1 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
DF	Prod. Indust. Manufaturados	1.354,0	7.952.978,78
	Trigo	7.393,3	5.519.692,17
GO	Arroz	167,6	99.442,51
	Embalagens	0,9	700,50
	Feijão	7,7	18.499,44
	Laticínios	114,0	1.259.012,20
	Milho	4.454,4	1.374.448,68
	Outros prod. Agrícolas	229,6	63.722,88
	Outros prod. Aliment.	34,1	5.118,75
	Prod. Indust. Manufaturados	6,0	140.710,00
	sementes	35,0	93.900,00
	Sorgo	445,7	
		<b>14.242,3</b>	<b>16.528.225,91</b>

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadores

#### Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Conforme os registros contidos nos relatórios de supervisão elaborados pelos responsáveis técnicos pelas atividades agrônômicas das unidades armazenadoras próprias desta Superintendência Regional da CONAB em Goiás e Distrito Federal, não se constata nenhum destaque sobre a ocorrência de qualquer anormalidade relevante na qualidade dos estoques armazenados nessas U.As. Também não se observou qualquer registro desse tipo de ocorrência com relação aos produtos vinculados a operação de remoção, com exceção de algumas constatações pontuais da presença de insetos vivos. Todavia, não há registros de que essas ocorrências do produto infestado e a imediata adoção de providências saneadoras do problema.

Os registros acima, aliados ao histórico de ocorrências e observações das atividades rotineiras dessas Ua's, indicam que as unidades armazenadoras desta SUREG-GO/DF vêm prestando bons serviços de armazenamento, apesar dos insuficientes e arcaicos recursos tecnológicos utilizados, e da reduzidíssima quantidade e avançada faixa etária do pessoal envolvido na operacionalização dessas Unidades

#### Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

**Quadro 6.1.2 – Resultado dos Serviços de Armazenagem**

<b>Discriminação</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Receita de Vendas e Serviços</b>	<b>3.194.357,64</b>	<b>2.570,65</b>
Receita de Vendas		0,00
Receita de Serviços	3.194.357,64	2.570,65
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-159.025,05	-127,97
<b>=Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>3.035.332,59</b>	<b>2.442,68</b>
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços		0,00
<b>=Lucro bruto operacional</b>	<b>3.035.332,59</b>	<b>2.442,68</b>
<b>-Despesas Operacionais</b>	<b>-56.326.747,00</b>	<b>-45.328,80</b>
Despesas de Pessoal	-40.048.562,21	-32.228,97
Despesas Financeiras		0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	-16.278.184,79	-13.099,83
<b>Receitas Operacionais Diversas</b>	<b>52.926.089,62</b>	<b>42.592,13</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>489.587,39</b>	<b>393,99</b>
<b>Resultado</b>	<b>124.262,60</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Diafi/Sucon

**6.4. Principais indicadores de desempenho**

Indicadores desenvolvidos pela Matriz, ainda se encontram em fase de análise, se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade.

**Quadro.6.4.1 – Principais indicadores de desempenho**

1	<b>Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo: Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
2	<b>Nome do Indicador: Volume de entregas em que ocorreu reprocessamento</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Verificar a necessidade de reprocessamento do produto entregue no armazém			
	<b>Análise do Resultado:</b>			

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Na rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-GO, estão em operação dez unidades armazenadoras e 19 armazéns, com capacidade estática total 253.800 toneladas, em ambiente natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que à Companhia executa ou dos quais participa.

Apesar das as Unidades da CONAB, encontrarem-se em localizações estratégicas, objetivando o atendimento aos agricultores e outros clientes, temos enfrentado dificuldades, tais como:

- Falta de combustível (óleo OC 2A) durante a safra 2011/2012 de arroz em casca, milho, soja e outros;
- Tarifas de armazenagem sem competitividade com as tarifas praticadas pelos Agentes Armazenadores, sediados no Estado de Goiás e Distrito Federal;
- Falta de aquisição de produtos (os produtores têm preferido armazenar com empresas que também comercializam a sua produção, principalmente, no mercado futuro);
- Morosidade na recepção de produtos devido os baixos fluxos operacionais (a capacidade de recepção, transporte e processamento de grãos da maioria das Unidades Armazenadoras Próprias da CONAB, com jurisdição desta SUREG/GO, é da ordem de 30 a 60 t/h, enquanto que as U.As privadas operam com tombadores nas moegas e fluxos operacionais superiores a 300 t/h);
- A inexistência de veículos adequados para a realização de visitas nos campos agrícolas.

### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

#### Quadro 7.1.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
Brasília	5	37.800	25.800	0	63.600	15.139	23,80
Goiânia	1	6.700		0	6.700	896	13,38
Itapuranga	2	9.400		0	9.400	2.544	27,06
Palmeiras de Goiás	1	14.000		0	14.000	8.106	57,90
Paraúna	2	3.500	14.000	0	17.500	8.907	50,90
Pontalina	1	0	14.000	0	14.000	10.433	74,52
Porteirão	1	0	42.000	0	42.000	14.224	33,87
Rio Verde	2	14.000	40.000	0	54.000	20.973	38,84
Santa Helena de Go	3	18.600		0	18.600	8.283	44,53
São Luis M. Belos	1	4.800	9.200	0	14.000	2.178	15,56
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>108.800</b>	<b>145.000</b>	<b>0</b>	<b>253.800</b>	<b>91.684</b>	<b>36,12</b>

Fonte: Sicarm

### Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

**Quadro 7.1.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias**

UF	Produto	Tipo 1	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
DF	Arroz longo fino beneficiado	2	26.010	33.292,80
	Feijão anão cores	2	102.006	222.623,20
	Milho	-	5.901.023	2.774.351,22
	Arroz beneficiado ecológico a vácuo	0	20	53,00
	<b>Subtotal DF</b>		<b>6.029.059</b>	<b>3.030.320,22</b>
GO	Arroz longo fino beneficiado	1	22.200	29.304,00
	Feijão anão cores	1	10.894	16.104,81
	Arroz longo em casca	2	1.875	1.040,63
	Arroz longo fino beneficiado	2	187.420	318.389,10
	Feijão anão cores	2	92.649	132.256,55
	feijão anão preto	2	39.511	58.172,05
	Arroz beneficiado 1 kg	5	127.970	148.273,50
	Arroz longo fino em casca	-	19.070	7.754,35
	Cafê arábica sem tipo	-	168.960	1.190.584,12
	Milho	-	52.529.617	26.285.310,90
	Trigo em grãos	-	23.590	11.795,00
	Arroz beneficiado ecológico a vácuo	-	27.735	74.760,25
	<b>Subtotal GO</b>		<b>53.251.491</b>	<b>28.273.745,26</b>
<b>Total Geral</b>			<b>59.280.550</b>	<b>31.304.065,48</b>

Fonte: Suope/Gefoc

Nas Unidades Armazenadoras da Conab em Goiás e no Distrito Federal são realizadas periodicamente ou quando constatado algum problema, intervenções com vistas a manutenção da qualidade dos produtos armazenados, como operações de expurgo de insetos, aeração da massa de grãos, intra silagem, limpeza geral da Unidade Armazenadora e demais intervenções. Cada Unidade Armazenadora possui um responsável técnico, com formação em agronomia ou engenharia agrícola, que é responsável pelas intervenções visando a manutenção da qualidade dos produtos estocados.

A suspeita ou indício de alteração de qualidade, quanto ao tipo, classe, etc., nos estoques, sempre deverá ser registrada no “LAUDO DE FISCALIZAÇÃO SIMPLIFICADO”. A equipe de fiscalização encaminhará, via fax, cópia do Laudo à Superintendência Regional- Sureg, a qual caberá solicitar a prévia de classificação à Entidade de Classificação ou à Conab visando a agilização do processo, conforme o Título 09 – Classificação. Confirmada a alteração de qualidade, a Sureg deverá solicitar formalmente a classificação do produto. De posse do resultado da classificação do produto e caso constatada a alteração de qualidade, a Sureg deverá designar uma equipe de fiscalização, para a emissão do “TVN”, com o código específico de rebaixamento de qualidade, anexando a cópia do certificado de classificação em questão.

Na armazenagem em Unidades próprias da Conab, quando houver a impossibilidade de recuperação ou quando o produto for caracterizado como desclassificado ou impróprio para o consumo humano ou animal, o fato deverá ser imediatamente informado pela Sureg-Go, juntamente com a avaliação do Responsável Técnico, em relatório específico, com vistas à análise e deliberação da Dirab.

Durante o exercício de 2012 não existem ocorrências, no âmbito da Sureg-GO/DF, de alteração de qualidade dos produtos estocados.

A modernização da agricultura em Goiás se deu de forma diferenciada e em intensidades diferentes por produto, por categorias de produtores e por regiões do Estado. O modelo de desenvolvimento agrícola gerado foi implantado visando, quase exclusivamente, a modernização da grande propriedade rural para produtos de interesse agroindustrial e de exportação, gerando forte concentração da produção e desigualdades agrícolas em Goiás.

O estado de Goiás tem se caracterizado por produzir milho em áreas grandes, com uso de tecnologias modernas e sementes de alta qualidade e potencialidade, o que favorece ao crescimento da produtividade do estado. Desta forma o milho, juntamente com a soja foram responsáveis por 86% da área plantada no estado de Goiás. Haja vista a soja se tratar de uma commodities e o milho de um alimento básico, o Governo Federal realiza uma forte aquisição e armazenamento estratégico de milho no estado de Goiás principalmente na região sul do estado. Os estoques oficiais de milho na região sul do estado de Goiás representam cerca de 90% dos estoques oficiais de milho no estado. Em armazéns próprios da Conab o milho representa cerca de 99% do total dos estoques.

### Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados

Em 2012 a Sureg-Go possuía 100.070.529 kg de produtos armazenados em Unidades armazenadoras contratados cujo valor totalizava R\$ 56.961.345,29 conforme demonstrativo abaixo.

#### Quadro 7.1.3 – Produtos Agrícolas Armazenados em Armazéns Contratados

UF	Armazém	Produto	Tipo 1	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
GO	W3 Armazens Gerais Ltda.	Algodão em pluma	-	27.249	349.758,16
	Jovêncio Costa e Cia Ltda.	Milho desclassificado	-	30.000	954,00
	Diversos Armazens Contratados.	Milho em tipo	-	100.013.280	56.610.633,13
<b>Total</b>				<b>100.070.529</b>	<b>56.961.345,29</b>

Fonte: Suope/Gefoc

A Superintendência Regional da Conab em Goiás tem sob sua jurisdição 10 Unidades Armazenadoras próprios sendo 8 Unidades para recebimento de produto à granel e/ou ensacados e 2 Unidades para recebimento exclusivamente de produtos ensacados. Desta forma existe uma limitação geográfica na distribuição de Unidades Armazenadoras para a guarda de estoques reguladores, principalmente levando em consideração a dimensão territorial do estado de Goiás. Devido a este fato é fundamental a contratação de terceiros para a prestação de serviços de guarda e conservação de produtos e/ou embalagens de propriedade da União ou da Conab e/ou vinculados a programas governamentais, objetivando uma melhor capilaridade no interior do estado para a eficiência da execução das políticas de abastecimento.

Quando os produtos armazenados forem oriundos de remoção de outros estados, a Conab sempre prioriza as Unidades Armazenadoras próprias para o recebimento destes produtos por uma questão de economicidade, porém algumas Unidades Armazenadoras contratadas podem ser contempladas com produtos oriundos de remoção por questões de localização geográfica estratégica.

Quando os produtos armazenados forem oriundos de aquisição, seja por AGF ou por Contratos de Opção, cabe ao produtor, que irá vender o produto para o Governo Federal, escolher o armazém habilitado de sua preferência, seja armazém da Conab ou Armazém credenciado, para depositar o produto. Geralmente o produtor escolhe a Unidade Armazenadora mais próxima do seu

estabelecimento rural por questões logísticas.

As contratações de Unidades Armazenadoras de Terceiros é realizada por meio de credenciamento junto a Conab. A Unidade Armazenadora que deseja ser contratada deverá estar de acordo com os regulamentos da Conab que rege o assunto: Título 8 Documento 4 do Manual de Operações da Conab, e assinar um Contrato de Depósito.

A prestação de serviços somente é realizada se existir produtos de propriedade do Governo Federal depositados no armazém contratado.

A contratação é realizada conforme a demanda pela intervenção do Governo Federal em determinadas regiões. A Conab poderá buscar a contratação de empresas prestadora de serviços de armazenagem em locais onde não existe armazéns próprios e/ou existem carência de armazéns credenciados.

O tempo médio de armazenagem dos produtos do Governo Federal em armazéns de terceiros é bastante relativo pois dependem do comportamento do mercado e da produção para que o Governo Federal lance os produtos no mercado. A regulamentação e os critérios para a liberação dos estoques públicos é definida pela Portaria Interministerial nº 182 de 25/08/1994.

As despesas da Sureg-Go com armazenagem de produtos no ano de 2012 alcançou R\$22.239.915,86. Abaixo, apresentamos a tabela armazenagem e sobretaxa pagas a armazéns de terceiros durante o exercício de 2012:

**Quadro 7.1.4 – Quadro Tabelas de Tarifas de Armazenagem e Sobretaxa**

DISCRIMINAÇÃO	VIGÊNCIA	01/03/09
	UNIDADE	VALOR
<b>1- RECEBIMENTO OU EXPEDIÇÃO</b>		
a) ensacado (recepção/expedição)	R\$/Tonelada	<b>0,88</b>
b) a granel (recepção)	R\$/Tonelada	<b>1,08</b>
c) a granel (expedição)	R\$/Tonelada	<b>1,61</b>
d) enfardado (recepção/expedição)	R\$/Tonelada	<b>1,54</b>
e) sacaria vazia enfardada (recepção/expedição)	R\$/1.000 Sac.	<b>1,02</b>
f) operações via ferroviária, acrescentar	R\$/Tonelada	<b>0,94</b>
g) operações via hidroviária, acrescentar	R\$/tonelada	<b>0,94</b>
<b>2- SOBRETAXA (QUINZENA CIVIL INFRACIONADA)</b>		
a) arroz, milho, feijão, sorgo, soja, trigo, cevada, centeio e triticale	%	<b>0,15</b>
b) fibras enfardadas, soltas ou embonecadas	%	<b>0,08</b>
c) farinha de mandioca, pó cerífero e cera de carnaúba	%	<b>0,05</b>
d) sacaria vazia e demais embalagens, fécula de mandioca	%	<b>0,03</b>
<b>3- ARMAZENAGEM E CONSERVAÇÃO (QUINZENA CIVIL INFRACIONADA)</b>		
a) sacaria vazia enfardada	R\$/1.000 Sac.	<b>2,58</b>
b) sacaria mag-bag vazia	R\$/Unidade	<b>0,11</b>
c) cera de carnaúba e pó cerífero ensacados	R\$/Tonelada	<b>1,72</b>
d) lata para sementes de juta (32x15x15) cm	R\$/100 Unid.	<b>0,43</b>
e) sisal rami e juta/malva (fibras soltas ou embonecadas)	R\$/Tonelada	<b>6,17</b>

i-1) ensacados	R\$/Tonelada	<b>1,19</b>
i-2) a granel (arroz, cevada e malte crescer 30% e aveia 50%)	R\$/Tonelada	<b>1,63</b>
i-3) enfardados	R\$/Tonelada	<b>2,58</b>
<b>4- TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	%	<b>10,00%</b>
<b>5- SECAGEM</b>		
a) produtos c/ até 16% de umidade (arroz ou outros grãos destinados a semente)	R\$/Tonelada	<b>10,67</b>
b) idem para outros produtos	R\$/tonelada	<b>7,27</b>
c) para cada percentual acima de 16% acrescentar	%	<b>8,00%</b>
<b>6- LIMPEZA</b>	R\$/Tonelada	<b>1,77</b>
<b>7- EMISSÃO DE WARRANTS/CONHECIMENTO DE DEPÓSITO; CDA/W</b>	R\$/Documento	<b>5</b>
<b>8- COMISSÃO DE PERMANÊNCIA</b>	-	CONF.OBS
<b>9- SERVIÇOS DE BRAÇAGEM</b>	-	CONF.OBS
<b>10- SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS</b>	-	A COMBINAR

**OBSERVAÇÕES:**

<b>01-RECEBIMENTO OU EXPEDIÇÃO:</b> Refere-se as operações de pesagem, amostragem, conferência, verificação de qualidade, marcação, determinação de umidade e impurezas, emissão dos documentos e outras operações na entrada e saída da UNIDADE.
<b>02-ARMAZENAGEM E CONSERVAÇÃO:</b> Engloba todas as operações e tratamentos fitossanitários necessários a conservação das mercadorias armazenadas bem como a remuneração do espaço ocupado.
<b>03 -TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:</b> Taxa incidente sobre serviços braçais (efetuado por sindicato de Braçagista ou Associações) e demais serviços prestados por terceiros, não sendo devido se a armazenadora utilizar braçagem própria.
<b>04--SECAGEM:</b> Redução do teor de umidade das mercadorias aos níveis recomendados para estocagem e reensaque do produto se for o caso.
<b>05-LIMPEZA OU PRÉ-LIMPEZA:</b> Redução das impurezas dos grãos aos níveis recomendados para armazenagem, retirada de amostra, ensaque de resíduos e reensaque do produto, se for o caso.
<b>06-SERVIÇOS DE BRAÇAGEM:</b> Serviços avulsos executados no recebimento, organização e expedição de mercadorias ensacadas, a granel e enfardadas, de acordo com o estabelecido no Contrato de Depósito.
<b>07-SOBRETAXA:</b> Tem o objetivo de garantir o ressarcimento, pela depositária, das perdas de quaisquer natureza, depreciações, sinistros e avarias ocorridas ao produto/embalagem, ainda que em decorrência de caso fortuito e/ou força maior.
<b>08-</b> Na prestação de serviços, itens 1, 5 e 6 haverá acréscimo de 10% (dez por cento) para os sub-itens em que forem utilizados equipamentos movidos a gerador.
<b>09-</b> O prazo para pagamento deverá ser aquele definido no Contrato de Depósito.
<b>10-</b> Os serviços executados em hora extras, após o expediente normal, serão acrescidos de 50% (cinquenta por cento) e nos domingos e feriados, de 100% (cem por cento).

### **Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 (regulamenta a Lei de Armazenagem)**

#### **a) Principais problemas**

Os armazéns da Conab possuem estruturas com mais de 20 anos, cujos equipamentos eletromecânicos e instalações acham-se em sua maioria obsoletos/ultrapassados, necessitando de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes.

As diretrizes de investimentos nas Unidades Armazenadoras da Conab, em âmbito nacional, regimentalmente são de responsabilidade da Conab matriz em Brasília-DF. Os grandes motivos para o baixo investimento da Conab nas Unidades Armazenadoras jurisdicionadas a Sureg-GO são: A falta de projetos, haja vista a deficiência de engenheiros civis, mecânicos e elétricos em nosso quadro funcional e a Concentração da análise de deliberação de processos referentes a obras e

aquisição de equipamentos para as Unidades Armazenadoras por parte da Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm, onde são conduzidos todos os processos de reforma, ampliação, modernização e aquisição de equipamentos de todas as Unidades Armazenadoras da Conab no país. Junta-se a estes motivos a carência de empregados administrativos nas conduções dos procedimentos de contratação e a excessiva carga de trabalho em que os empregados da Conab são submetidos.

Atualmente a Conab está em meio a um processo de reformulação geral. O quadro funcional está sendo implementado por meio de concurso público. Está em processo final para a contratação de empresa especializada para a confecção de projetos com vistas a construção, reforma, modernização, ampliação das Unidades Armazenadoras da Conab em âmbito nacional.

#### **b) Demanda por manutenção**

Sureg-Go atendendo solicitação da Suarm através da CI/1.654/12, está efetuando um levantamento minucioso das necessidades de recuperação e modernização da rede armazenadora, visto que, praticamente todas as unidades necessitam de reparos em sua estrutura física e aquisição de equipamentos mais modernos.

#### **c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios**

O valor estimado para a recuperação e modernização da rede em 2012 foi de R\$ 1.121.263,00 porém no exercício foram investidos recursos na ordem de R\$ 82.077,88 ( R\$ 50.451,95 em despesas correntes, R\$ 31.625,93 em despesas de capital e R\$ 59.474,72 inscritos em Restos a Pagar não Processados referente a investimentos que serão realizados no decorrer do exercício de 2013, conforme detalhado na quadro a seguir:

## Quadro 7.1.5 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
Sede Sureg	Aquisição Aparelho telefônico	115,00				115,00
	Aquisição de 4 bebedouros		1.488,40			1.488,40
	Aquisição de 3 cadeiras c/ encosto anatômico		720,00			720,00
UA Goiânia UA Palmeiras UA Paraúna, UA Pontalina, UA Porteirão, UA Rio Verde, UA Santa Helena, UA S L Montes Belos e UA Itapuranga	Manutenção dos determinadores de umidade	603,00				603,00
Laboratório Sureg-GO, UA Brasília, UA Goiânia, UA Rio Verde, UA Porteirão, UA S L Montes Belos UA Itapuranga UA Palmeira de Goiás, UA Paraúna, e UA Pontalina	Manutenção e aferição de determinadores de umidade	3.520,00				3.520,00
UA Brasília, UA Goiânia, UA Rio Verde, UA Porteirão, UA S L Montes Belos UA Itapuranga UA Palmeira de Goiás, UA Santa Helena UA Paraúna, e UA Pontalina	Aquisição de máquina de costurar sacaria				11.850,00	11.850,00
UA Palmeira de Goiás, UA Paraúna, UA Pontalina, UA S L Montes Belos	Aquisição de mangueira p/ fixação de lonas em silos			3.844,60		3.844,60
UA Rio Verde	Aquisição peças manutenção termonebulizador	600,22				600,22
	Serviço de aferição da balança rodoviária	4.619,90				4.619,90
	Aquisição de engrenagem e rosca sem fim	1.300,00				1.300,00
	Aquisição de 1 sonda de amostragem a vácuo				19.500,00	19.500,00
UA S L Montes Belos	Serviço de manutenção da balança rodoviária	2.605,00				2.605,00
	Aquisição de peças para manutenção da balança rodoviária	6.314,00				6.314,00
UA Porteirão	Serviço de manutenção no elevador de grãos	1.750,00				1.750,00
	Aquisição de 15 telhas kalhetão brasilit	5.655,45				5.655,45
	Aquisição de 1 sonda de amostragem a vácuo				19.500,00	19.500,00
	Mão de obra de colocação de telhas			4.780,12		4.780,12
UA Santa Helena	Aquisição de material de construção	2.516,40				2.516,40
	Aquisição 32 roletes p/ transportadora de produtos	2.848,00				2.848,00
	Aquisição 2 módulos e 1 nobreak		590,00			590,00
	Aquisição de 1 lavadora de alta pressão		2.170,00			2.170,00
	Aquisição de 1 bebedouro industrial de 50 litros		1.650,00			1.650,00
	Contratação de empresa p/ serviços de engenharia	7.500,00				7.500,00
UA Goiânia	Aquisição de 1 frigobar		842,00			842,00
	Aquisição de 1 bebedouro		507,00			507,00
UA Brasília	Aferição peças p/ duas balanças rodoviárias	5.659,90				5.659,90
	Despesa com mão de obra Processo NR 21209.000497/2012-41	2.400,00				2.400,00
	Peças p/ aferição balança rodoviárias	2.445,08				2.445,08
	Aquisição de 1 sonda de amostragem a vácuo		19.500,00			19.500,00
	Aquisição de uma roçadeira		1.790,00			1.790,00
	Aquisição de 3 transformadores de corrente		2.368,53			2.368,53
<b>Total</b>		<b>50.451,95</b>	<b>31.625,93</b>	<b>8.624,72</b>	<b>50.850,00</b>	<b>141.552,60</b>
		<b>82.077,88</b>		<b>59.474,72</b>		

Fonte: Siafi

**d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009**

O estabelecimento de procedimentos que visem a modernizar as atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários tem sido um dos principais anseios reivindicados pelos segmentos que se relacionam com os prestadores de serviços de armazenagem.

Um desses procedimentos é, sem dúvida, o estabelecimento de regras para construção, instalação e funcionamento de estruturas de armazenamento.

A criação de normas para licenciamento de tais estruturas ou mesmo a idealização de um sistema de certificação são alguns dos procedimentos que, ao lado de outros fatores, podem ajudar a modernizar o setor de armazenamento.

De acordo com critérios de habilitação descritos na IN MAPA 12/2009 a certificação é obrigatória para as pessoas jurídicas que prestam serviços remunerados de armazenagem, a terceiros, de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valores econômicos, inclusive de estoques públicos.

A Conab elaborou um plano de investimentos que prevê a modernização e adequação das Unidades Armazenadoras em conformidade com os critérios de habilitação que deverá estar concluído até o ano de 2015, conforme plano de providências abaixo:

**Quadro 7.1.6 – Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras previsão 2012**

**CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMazenADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO  
PREVISÃO 2012**

<b>BRASÍLIA – DF</b>			
<b>Capacidade estática: 63.300</b>	<b>Modalidade: Granel/Conv</b>	<b>Enquadramento: Intermediária</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
Sistema de ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )		30.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>118.000</b>	

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu o certificado de conformidade, pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras (SNCUAs), das instalações da Unidade Armazenadora de Brasília/DF. A auditoria foi concluída em novembro e o documento entregue no início de 2013.

**Quadro 7.1.7 – Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras previsão 2013**

<b>CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO PREVISÃO 2013</b>			
<b>GOIÂNIA – GO</b>			
<b>Capacidade estática: 6.700</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Terminal</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema de combate a incêndio		170.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>253.000</b>	
<b>RIO VERDE – GO</b>			
<b>Capacidade estática: 54.000</b>	<b>Modalidade: Granel/Conv</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		480.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		20.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )		60.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>608.000</b>	

**Quadro 7.1.8 – Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras previsão 2014**

**CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO –  
PREVISÃO 2014**

<b>ITAPURANGA – GO</b>			
<b>Capacidade estática: 9.400</b>	<b>Modalidade: Granel/Conv</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		170.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )		60.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>283.000</b>	
<b>PALMEIRAS DE GOIÁS – GO (Consegue pavimentação?)</b>			
<b>Capacidade estática: 14.000</b>	<b>Modalidade: Granel/Conv</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		80.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000	O1
Sistema de captação de material particulado		165.000	O4
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )		60.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>393.000</b>	
<b>PARAÚNA – GO (Consegue pavimentação?)</b>			
<b>Capacidade estática: 17.500</b>	<b>Modalidade: Granel/Conv</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Aeração		50.000	O4
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		80.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		170.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados		5.000	O1
Sistema de captação de material particulado		165.000	O4
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )		60.000	O4
<b>TOTAL</b>		<b>613.000</b>	
<b>PONTALINA – GO</b>			
<b>Capacidade estática: 14.000</b>	<b>Modalidade: Granel/Conv</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Aeração		50.000	O4
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		90.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)		225.000	O1

Sistema de combate a incêndio	270.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000	O4
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )	60.000	O4
<b>TOTAL</b>	<b>788.000</b>	
<b>SANTA HELENA DE GOIÁS – GO</b>		
<b>Capacidade estática: 18.600</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Pavimentação	60.000	O3
Recinto de Análise	50.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
<b>TOTAL</b>	<b>193.000</b>	

**Quadro 7.1.9 – Plano de investimentos nas Unidades Armazenadoras pre3visão 2015****CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO  
PREVISÃO 2015**

<b>PORTEIRÃO – GO</b>		
<b>Capacidade estática: 42.000</b>	<b>Modalidade: Granel</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Aeração	75.000	O4
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)	295.000	O4
Sistema de combate a incêndio	280.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	20.000	O1
<b>TOTAL</b>	<b>718.000</b>	
<b>SÃO LUIS DOS MONTES BELOS – GO</b>		
<b>Capacidade estática: 14.000</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>
<b>Obras</b>	<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Pavimentação	110.000	O3
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de captação de material particulado (secador)	280.000	O4
Sistema de combate a incêndio	270.000	O4
Sistema ventilação ambientes confinados/semiconfinados	10.000	O1
Termometria (sensores a cada 150 m <sup>3</sup> )	60.000	O4
<b>TOTAL</b>	<b>778.000</b>	

**LEGENDA:**

- O1: Exigência no momento da vistoria**  
**O3: Exigência a partir de dezembro de 2013**  
**O4: Exigência a partir de dezembro de 2015**

## Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

**Quadro 7.1.10– Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda**

UF	Armazéns Cadastrados		Produção – safra 2011/12		Demanda %
	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)	Produto	Quantidade (mil ton)	
GO	931	12.990,2	Algodão	210,0	143,2
			Arroz	174,1	
			Feijão	308,1	
			Girassol	18,8	
			Milho	8.576,0	
			Soja	8.251,5	
			Sorgo	998,9	
			Trigo	60,4	
		<b>Total Produção</b>	<b>18.597,8</b>		
DF	90	464,2	Feijão	46,1	131,3
			Milho	353,6	
			Soja	176,0	
			Sorgo	28,1	
			Trigo	5,7	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

### Rede Armazenadora Contratada

Para atendimento das necessidades de armazenagem dos estoques públicos, considerando a pequena capacidade estática dos armazéns próprios e o grande volume de estoques existentes na área sob jurisdição da Sureg-GO, eram torno de 153.165 toneladas, obrigatoriamente e sistematicamente ocorre a utilização dos serviços de armazenagem da rede privada.

Todos os armazéns credenciados pela Companhia devem atender aos requisitos definidos TÍTULOS 08 – ARMAZENAMENTO – Documento 4 – Cadastramento, Credenciamento, Impedimento, Desimpedimento e Descredenciamento de Unidades Armazenadoras – COMUNICADO CONAB/MOC Nº 029 DE 28/12/2007, que tem como objetivo inicial identificar e cadastrar as unidades existentes no país, registrando suas características técnico-operacionais e suas capacidades estáticas, na conformidade estabelecida pelo Decreto nº 3.855/2001.

Durante as operações de fiscalização, todos os armazéns que detém estoque de produto do Governo Federal são avaliados e aqueles que não atendem aos requisitos são impedidos e até descredenciados, ficando todas estas avaliações registradas nos relatórios de fiscalização e nos cadastrados dos respectivos armazéns.

Os armazéns que prestam serviços de armazenagem para a Companhia, devem obrigatoriamente, constar no Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, bem como estarem devidamente credenciados e com Contrato de Depósito vigente. A relação dos armazéns credenciados e habilitados para operar com a Conab estão disponíveis para consulta no endereço

<http://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/>.

O Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e de expedição de produtos.

No fim do exercício estavam cadastrados 1.021 armazéns com capacidade estática total para 13.454,40 toneladas, e destas apenas 14 armazéns (190.710 toneladas), estavam credenciadas para trabalharem com os estoques públicos.

Dos 246 municípios incluídos na pesquisa foi registrado déficit de armazenagem em 226. De acordo com a metodologia utilizada (produção agrícola x capacidade estática) verifica-se a ocorrência de superávit em 18 municípios, destacando-se Goiânia (364.540 t), Acreúna (235.328 t) e Bom Jesus de Goiás (216.073 t). Por outro, os maiores déficits ocorrem nos municípios de Mineiros (413,176 t), Perolândia (416.429 t), Rio Verde (426.475 t) e Cristalina (912.138 t).

Quanto à localização das unidades armazenadoras, verifica-se o predomínio daquelas instaladas na zona rural, que representam 56,05% da capacidade estática total, enquanto as instaladas em áreas urbanas representam 32,44%. A guarda dos produtos nos locais de produção é prática de suma importância tanto como complemento da rede armazenadora urbana quanto para minimizar perdas quantitativas e qualitativas a que estão sujeitas os produtos colhidos, além disto possibilita economia na remoção de produtos, com deslocamento em períodos de entre-safra quando o valor dos fretes são menores. Não poder estocar em casa, em regra, traduz-se em perda de completividade. A baixa capacidade de armazenagem nas fazendas é função de fatores econômico, pouca difusão da tecnologia gerada e/ou adaptada e a falta de planejamento global do setor armazenador.

No Brasil, a maior parte da produção sai das fazendas direto para os centros consumidores, e as quantidades retidas nas propriedades rurais destinam-se, quase que exclusivamente, à subsistência, sendo armazenados, principalmente, em paióis ou depósitos precários, sujeitas a todo tipo de deterioração.

O atendimento aos produtores rurais se torna mais restrito quanto se observa a propriedade e a possibilidade de acesso à capacidade estática. Cerca de 25,33% da capacidade estática instalada é de propriedade de cooperativas, restrita aos cooperados, os governos federal, estaduais e municípios possuem apenas 4,930%, o restante é de propriedade privada. Quanto à possibilidade de acesso verifica-se que apenas 57,45% da capacidade estática é de uso público, enquanto que os 42,55% é de uso exclusivo dos proprietários.

Em Goiás, a capacidade estática de armazenagem é inferior à produção. 12,9 milhões toneladas estáticas ante uma de 18,5 milhões de toneladas de grãos e fibras produzidas em 2012. Considerando-se a recomendação da FAO para que a capacidade estática de armazenagem de um país seja igual a 1,2 vezes sua produção agrícola anual, o nível indicado para o Brasil seria de cerca de 200,0 milhões de toneladas.

### **Oferta Regional de Armazenagem**

A Conab realiza o Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.

Persiste as dificuldades para adesão à renovação do novo contrato de depósito com a inclusão da Cláusula 27ª – Da Garantia, principal fator na queda acentuada de armazéns credenciados, tanto na quantidade quanto na capacidade estática.

Visando atenuar a resistência na renovação do Contrato, por meio do COMUNICADO CONAB/MOC Nº 016, DE 15/07/2011, foi incluído 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE

DEPÓSITO (GUARDA E CONSERVAÇÃO ) DE PRODUTOS E/OU EMBALAGENS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU DA CONAB E/OU VINCULADOS A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS – VERSÃO IV DO PROCESSO CONAB Nº 0236/1992, onde foram acrescentadas na Cláusula 27ª – Da Garantia as SUBCLÁUSULAS QUINTA e SEXTA, que possibilitam ao armazenador optar por oferecer caução em dinheiro com pagamento da garantia por meio da conversão de 50% dos créditos da remuneração devida à DEPOSITÁRIA pelos serviços prestados (Cláusula Quarta) e pela proporção de 50% dos valores da armazenagem e sobretaxa que lhe é pago quinzenalmente (Cláusula Décima Sexta), até o limite de 5% do valor do produto (s) depositado (s).

### **Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador**

Estágio Atual da AÇÃO: SUSPENSA;

A ação encontra-se suspensa, devido a necessidade de implementação de novos controles, tipo feedback do participante e redefinição do público alvo beneficiado com o treinamento. Falta também a Regularização Administrativa do CENTREINAR, Órgão responsável pela execução da Ação, por meio de Convênio CONAB e a FUNARBE;

A Regularização Administrativa do CENTREINAR já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos Representantes da CONAB e da UFV.

A retomada da AÇÃO depende da disponibilidade de Recursos e da Assinatura de Novo Convênio, e da implementação dos Controles.

### **7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos**

A fiscalização dos estoques tem por finalidade apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais e avaliar a situação técnico-operacional das unidades armazenadoras depositárias. É realizada periodicamente pela Conab na forma das orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab – MOC ou em orientações específicas estabelecidas pela Companhia

A atividade objetiva a realização in loco de fiscalização prévia à formalização das operações de formação das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições quantitativas e qualitativas dos produtos e das condições técnicas cadastrais e operacionais dos armazéns. Visa, também, proceder o registro e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. Também são inspecionadas as operações de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários quanto à conformidade da documentação comprobatória exigido pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e ainda quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização e Estoques-SUFIS que, mediante programação anual, coordenada todo o processo de fiscalização além de participar da execução por meio dos fiscais lotados na Matriz. A atividade segue as orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações da Conab-MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC nº 20, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

A fiscalização periódica, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias, foram fundamentais para a manutenção qualiquantitativa dos estoques depositados em armazéns de terceiros.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-GO, nos meses de fevereiro, abril/maio, julho e novembro/dezembro.

A quantidade existente de fiscais é suficiente para atender as operações de Fiscalizações de Estoques do Governo Federal, Compra de Produtos vinculados ao Mercado de Opções, AGF/PGPM e Programa da Agricultura Familiar – PAA. Havendo necessidade de ampliação do quadro de empregados com formação na área de Classificação de Grãos.

### 7.2.1 -Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos.

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização, enquanto que, nas regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento, recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc.

Para realização das fiscalizações são formados equipes com dois fiscais, normalmente utiliza-se um da Sureg. A Sureg-GO possui 19 (dezenove) empregados habilitados para operações de fiscalização.

#### Quadro 7.2.1.1 - Relação de Fiscais da Regional

Nome dos Fiscais	2012
Barsaneu Afonso Rosa	x
Benone Ribeiro De Melo	x
Donizeth Alves Neto	x
Elias Costa Da Paz	x
Francisco Parente Filho	x
Genivaldo Lopes Veloso	x
Hamilton Carvalho Dos Santos	x
Joaci Coelho De Souza	x
Joanice Lino De Souza	x
Jose Alvarenga Barbosa	x
Juraci Duarte Do Amorim	x
Lindomar Alves França	x
Marilio Almeida Silva	x
Natanael Luiz De Carvalho	x
Ney Eduardo Sabino	x
Rosival De Arede Vasconcelos	x
Samuel Vainer Do Rego Monteiro	x
Sergio De Rezende Borges	x
Vounir Pereira Da Silva	x

Sufis/Sureg-GO-Seope

A Superintendência Regional da CONAB em Goiás e Distrito Federal, tem disponibilizados com frequência, empregados alocados nas atividades de fiscalização para atender as demandas de outras regionais, principalmente, o Estado do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Parana, Bahia e outras federações, com o objetivo de participar nas operações de Fiscalização dos Estoques Governamentais, Cadastramento, Recadastramento de Armazéns,

Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Aquisição de Produtos Agrícolas, Remoções de Produtos dos Estoques Públicos, Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização, Programa de Vendas em Balcão, Fiscalização de Seguro Rural e outras atividades pertinentes à Administração de Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação.

### 7.2.2 - Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

#### Perdas

Para as ocorrências classificadas como Perda em Armazenagem (diferenças até 8%, são emitidos TVNs). No exercício de 2012 houve 15 ocorrências de perdas perfazendo um total de 123,7 toneladas, sendo que 27,6 de Milho e 96,1 de Feijão, foram adotadas providências em conformidade com os processos administrativos nºs 2790/12, 2789/12, 1302/12, 1248/12, 1247/12, 0640/12, 1870/12, 1900/12, 1899/12, 1903/12, 0774/12, 1769/12, 1802/12, 0639/12 e 0852/12

#### Desvios

No exercício de 2012, houve apenas 02 ocorrências de desvios de produtos. Foram emitidos Termos de Vistoria e Notificação TVN com identificação de Desvio de produto para os armazenadores, totalizando 603.587 toneladas de produto milho em grãos. Foram tomadas todas as providências em consonância com os processos administrativos nºs 1219/12 e 1253/12, com o objetivo dos prejuízos serem ressarcidos para a empresa.

#### Quadro 7.2.2.1 - Perdas e Desvios -2012

UF	Perdas em armazenagem			Desvio de produtos		
	Nº de ocorrências	Produto	Quant (ton)	Nº de ocorrências	Produto	Quant (ton)
GO	15	Milho	27,6	2	Milho	603.587
		Feijão	96,1			

Fonte: Gefis

#### Quadro 7.2.2.2 – Desvios – quantitativos e qualitativos-2012

LOCALIDADE	NOME	PRODUTO	PESO	VALOR (R\$)
Porteirão	Ivaldo de Carvalho – ME	Milho	3.587	2.353,07
Palmeiras Goiás	Vera Ester Guse Schadeck	Milho	600.000	238.260,00
Palmeiras Goiás	<b>Total</b>		<b>603.587</b>	<b>240.613,070</b>

Fonte: Sureg/GO/Geope/Seope

**Quadro 7.2.2.3 - Perdas quantitativas e qualitativas - 2012**

LOCALIDADE	NOME	PRODUTO	PESO	VALOR (R\$)
Jataí	Boa Esperança Arms Gerais Ltda	Milho	27.000	17.787,60
Itapuranga	Conab Ua/Itapuranga	Milho	630	323,25
Palmeiras Goiás	Conab Ua/Palmeiras de Goiás	Feijão	6.940	11.590,59
Palmeiras Goiás	Conab Ua/Palmeiras de Goiás	Feijão	5.183	8.968,14
Rio verde	Conab Ua/Rio Verde	Feijão	1.350	2.155,28
Rio verde	Conab Ua/Rio Verde	Feijão	6.552	12.525,38
Rio verde	Conab Ua/Rio Verde	Feijão	1.102	1.644,67
Rio verde	Conab Ua/Rio Verde	Feijão	6.001	10.733,34
Santa Helena de Goiás	Conab Ua/Santa Helena	Feijão	12.441	23.340,87
Pontalina	Conab Ua/Pontalina	Feijão	2.258	1.477,31
Pontalina	Conab Ua/Pontalina	Feijão	3.650	5.224,24
Paraúna	Conab Ua/Paraúna	Feijão	1.125	1.672,79
Rio verde	Conab Ua/Rio Verde	Feijão	31.350	48.492,18
Palmeiras Goiás	Conab Ua/Palmeiras de Goiás	Feijão	110	179,16
Santa Helena de Goiás	Conab Ua/Santa Helena	Feijão	18.024	29.645,88
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>123.716</b>	<b>175.760,680</b>

Fonte: Xfac

**Quantidade de armazéns descredenciados no exercício**

Durante o exercício de 2012, foram descredenciados 03 três armazéns, suspeitos de desvios de milho em grãos. O armazém Selvino e Otilia Conzatti Armaz Ltda. somente foi ajuizado no exercício de 2013, por esse motivo não aparece nos demonstrativos de desvios.

**Quadro 7.2.2.4 -Armazéns descredenciados no exercício de 2012**

Localidade	Armazém	Capacidade (t)
Porteirão (GO)	Ivaldo de Carvalho – ME	40.094
Cabeceiras (GO)	Vera Ester Guse Schadeck	16.557
Cristalina (GO)	Selvino e Otilia Gonzatti Arms Ltda.	37.964

Fonte: Scope

**Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab**

Além de apurar as condições de qualidade e quantidade dos estoques governamentais, os fiscais também avaliam a situação técnico operacional das unidades armazenadoras depositárias e os procedimentos técnicos de armazenamento, orientando e indicando as medidas corretivas a serem adotadas em referencia às irregularidades apontadas, e se for o caso, a necessidade de alteração quanto a situação cadastral das unidades armazenadoras.

Em 2012 foi constatada a ocorrência de 28 irregularidades nos armazéns vistoriados, conforme demonstrativo abaixo:

**7.2.2.5 Levantamento das irregularidades em armazéns contratados**

IRREGULARIDADES	ETAPAS									TOTAL
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	
INSETOS VIVOS		6				3		1		10
TERMOMETRIA COM AVARIA		1				1		1		3
ROEDORES NA MASSA DE GRAOS		1								1
EMPOÇAMENTO DE AGUA NO PATIO		1				1		1		3
CDA FORA DOS PADROES		2								2
HIGIENIZAÇÃO		1							1	2
AVES/PASSAROS NO INTERIOR DO ARMAZEM				1					2	3
ESCADA DE ACESSO COM PROBLEMAS						1		1		2
FALTA DE PLATAFORMA DE DESCANÇO								1	1	2
<b>TOTAL</b>		<b>12</b>		<b>1</b>		<b>6</b>		<b>5</b>	<b>4</b>	<b>28</b>

Fonte: Geope/Seope

**7.2.3 - Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos**

**Quadro 7.2.3.1 – Saldo de débitos em perdas ou desvios e valores recuperados.**

DÉBITOS AJUIZADOS ATÉ 2011		
Qtde. Documentos	Qtde Produtos	Saldo devedor
1.455	415.816.606	608.091.196,56
DÉBITOS AJUIZADOS EM 2012		
Qtde. Documentos	Qtde Produtos	Saldo devedor
02	603.587	275.718,54
DÉBITOS RECEBIDOS EM 2012		
Qtde. Documentos	Qtde Produtos	Valor recebido
02	721.903	278.365,80

**7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos**

**Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes**

A realização das remoções teve como motivo principal o atendimento através da venda em balcão de milho para pequenos pecuaristas e agro industrias de pequeno porte residentes

nas regiões afetadas pela Seca do nordeste, para uso na ração animal. Outros estados também foram beneficiados com portarias interministeriais para a entrega do milho como Rio grande só Sul e Santa Catarina

As contratações de frete são realizadas na Matriz, por meio de leilões eletrônicos utilizando-se o Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, de acordo com o Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, constante do Manual de Operações da Conab-MOC, Título 13 – Movimentação de Estoques da Conab, e Normas de Organização da Conab - NOC Nº 30.201

Em 2012 foi contratada 115.287 toneladas de milho em grãos na região sob jurisdição da Sureg-Go, vinculado a Contrato de Opção e PGPM, porém somente 66.527 toneladas foram removidas o que equivale a 57,7% das contratações. Os principais motivos para o não atendimento das demandas de remoções dos estoques públicos no exercício 2012 são o cancelamento de alguns lotes, por determinação da Diretoria de Operações e Abastecimento, a escassez de fretes ocasionado pela nova Lei dos Transportadores durante o segundo semestre de 2012 e o fato de que as remoções se estenderem até o primeiro semestre de 2013.

Os principais problemas enfrentados foi a escassez de fretes no segundo semestre de 2012 em consequência da Lei do Transporte causando inflação dos preços do frete, a falta de interesse dos caminhoneiros em transportar grãos para o nordeste brasileiro, a baixa capacidade de recepção das Unidades Armazenadoras da Conab no nordeste brasileiro, a escassez de empresas de classificação oficial de grãos nos municípios de origem dos produtos, infestação de insetos na massa de grãos nos armazéns de origem, e outros problemas de menor expressão.

#### Quadro 7.3.1 – Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Contratada (ton)	Quantidade Removida (ton)	Quantidade Cancelada (ton)	Valor da operação (Em R\$)
GO	AL	Milho em grãos	Vendas em Balcão	6.788,8	1.745,4	780,2	2.068.997,24
	BA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	14.350,0	7.818,7	1.227,7	2.634.656,96
	CE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	14.000,0	11.912,8	1.954,4	3.706.830,00
	DF	Milho em grãos	Vendas em Balcão	5.862,8	4.672,2	0,0	281.936,99
	GO	Milho em grãos	Vendas em Balcão	8.500,0	7.938,2	0,0	339.018,69
	MA	Milho em grãos	Vendas em Balcão	136,1	136,1	0,0	38.256,13
	PB	Milho em grãos	Vendas em Balcão	1.818,9	1.818,9	0,0	505.262,98
	PE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	7.000,0	4.420,6	2.579,4	1.745.000,00
	PI	Milho em grãos	Vendas em Balcão	3.000,0	3.000,0	0,0	686.000,00
	RN	Milho em grãos	Vendas em Balcão	14.000,0	4.865,7	0,0	4.010.262,39
	RS	Milho em grãos	Vendas em Balcão	22.420,0	5.175,2	0,3	4.876.136,57
	SC	Milho em grãos	Vendas em Balcão	15.110,0	10.724,0	0,0	1.992.400,00
	SE	Milho em grãos	Vendas em Balcão	2.300,0	2.300,0	0,0	556.000,00
	<b>Subtotal GO</b>				<b>115.286,7</b>	<b>66.527,7</b>	<b>6.542,0</b>

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

**Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local**

As remoções para as regiões norte do nordeste (MA,AL, BA, PB, PE, PI, RN) e sul (RS e SC) teve como objetivo evitar o desabastecimento de milho principalmente nas regiões afetadas pela seca e que dependem das operações de venda balcão.

#### 7.4. Principais indicadores de desempenho

Indicadores desenvolvidos pela Matriz, ainda se encontram em fase de análise, se aprovados deverão entrar em fase de teste de aplicabilidade.

##### 7.4.1 Principais indicadores

1	<b>Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios			
	<b>Análise do Resultado:</b> Não houve palnejamento para a operação de cadastramento em 2012			
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
3	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
5	<b>Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
6	<b>Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
7	<b>Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
8	<b>Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento			
	<b>Análise do Resultado:</b>			
9	<b>Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada</b>	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos			
	<b>Análise do Resultado:</b>			

## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI.**

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da informação – PMTI, que é o carro chefe da Superintendência de Gestão de Tecnologia da Informação - SUTIN e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Promover a Companhia de infraestrutura de TI atualizada – Constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, desenvolvimento e Produção de Sistemas, contratação e gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo da Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

#### **Situação do parque de informática na SUREG-GO.**

Iniciado em 2004, o Programa de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, tem como principal iniciativa de sustentação estratégica “Prover a Cia. de Infra Estrutura de TI Atualizada”, pois só assim, poderá dar suporte aos outros objetivos estratégicos da Cia. Dentre eles, “Melhorar a geração de Informação e Conhecimento”, “Facilitar o acesso às Informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação”.

Ensejando na operacionalização há uma frequente substituição por equipamentos mais modernos e econômicos, de modo a dotar o parque com instrumentos adequados e preparados para utilização e disseminação das ferramentas baseadas em softwares livres, cujo tratado proporcionou à Companhia redução com Custos Total de Propriedade.

Apesar das restrições técnicas, insuficiência de pessoal capacitado, o parque de informática da SUREG/GO está bem estruturado, quer seja pela substituição sistemática dos equipamentos em desuso, quer seja pela recomposição por novos equipamentos.

O parque de informática da Conab é revitalizado ano a ano pela Matriz, haja vista que as Superintendências Regionais não tem a prerrogativa para aquisição de equipamentos de informática, sendo todo procedimento é efetivado pela DIPAI/SUTIN.

Com o intuito de diminuir custos e viabilizar ações de desenvolvimento tecnológico a Conab tem promovido substanciais melhorias no parque computacional. A atualização é feita dentro do contexto da disponibilidade orçamentária/financeira. As necessidades são levantadas periodicamente, tendo como sinalizador a adequação qualiquantitativa, de forma que venha suprir a equação equipamento/serviços estratégicos/nº de usuários.

Assim, gradualmente, a Superintendência vem sendo suprida com equipamentos mais adequados objetivando a modernização e adequação, tornando-se um instrumento de suporte à execução da estratégia organizacional.

### **Qualidade da rede informatizada**

A qualidade da rede informatizada da SUREG/GO, tem sido um dos pontos fracos na sustentação dos meios de comunicação, visto que a estrutura física da rede atual foi projetada a mais de 15 anos e apesar da aquisição de novos equipamentos, a infraestrutura local não comporta o desenvolvimentos dos sistemas atuais, visto que as estruturas físicas de conexão (cabos, fios, linhas telefônicas) não foram adequados às mudanças ocorridas ao longo dos anos, tanto em relação ao nº de máquinas, como ao nº de usuários.

Como não houve substituição do projeto original, em decorrência das mudanças, procurou-se adequar a rede às necessidades do dia a dia, o que tem provocado a saturação do cabeamento existente.

Para solucionar o problema já existe em andamento na Matriz, em fase de análise, um processo administrativo de nº 09.00257/2012-47, que trata exclusivamente da reestruturação da rede local.

### **Suficiência de equipamentos**

Em consonância com os propósitos estratégicos de revitalização gradual do parque computacional e observada a disponibilidade orçamentária e financeira, a Conab tem cumprido satisfatoriamente as necessidades do corpo funcional, procurando dotar cada empregado com a ferramenta individual de trabalho. A autossuficiência permite a cada empregado utilizar os recursos computacionais como elemento de preservação, atualização e disseminação do conhecimento adquirido.

Na Superintendência de Goiás, observadas as competências, tem se primado pela conduta de buscar a correspondência homem/máquina, uma vez que a maior parte dos trabalhos são realizados por sistemas integrados, bem como proporcionar os mecanismos de comunicação necessários ao desenvolvimento pessoal e corporativo.

### **Contrato de TI para manutenção de Equipamentos**

A falta de pessoal técnico tanto na parte de manutenção de máquinas, quanto na parte de suporte técnico, tem colocado a SUREG/GO, na dependência da mão de obra terceirizada quer seja pela contratação de prestação de serviços quer seja pela utilização de estagiários, o que não atende às necessidades do corpo funcional, haja vista que a maioria do quadro da Conab encontra-se defasado tecnologicamente em razão da elevada faixa etária. Para minorar o problema, o ideal seria dotar a Superintendência de pelo menos dois técnicos com formação específica na área de informática, com conhecimentos de software e hardware.

Com o aumento do nº de máquinas e usuários, a solução encontrada para manter os equipamentos em condições de uso, foi a contratação de uma empresa para fazer a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática do parque computacional da Sureg-Go.

## 9. GESTÃO ESTRATÉGICA

### 9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## 10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

### 10.1 Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil

#### **Principais trabalhos produzidos com ênfase no público-alvo e impacto nas cadeias produtivas Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do programa.**

#### **Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas**

Os principais produtos do Projeto SigaBrasil atenderam, principalmente, às demandas da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar (SUPAF) e da Superintendência de Gestão da Oferta (SUGOF).

No caso da SUPAF, fez parte do escopo do Projeto a elaboração de mapas temáticos que relacionaram a abrangência do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) com outras variáveis, como, por exemplo, o número de Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAPs (MDA) e o número de estabelecimentos com renda abaixo de 70 reais, por município (IBGE). Esses mapas auxiliaram as tomadas de decisão para o melhor atendimento de um público alvo específico.

No caso da SUGOF a maioria dos produtos referiu-se à atualização de mapas de produção, à localização de unidades armazenadoras e das vias de escoamento da produção. Esses mapas, além de auxiliarem as decisões quanto à remoção de estoques, também foram utilizados em apresentações nas câmaras setoriais, que envolveram diferentes membros das cadeias produtivas.

Também fizeram parte do Projeto as atividades vinculadas ao georreferenciamento dos armazéns e das usinas de cana-de-açúcar.

O Projeto SigaBrasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da Conab (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia.

Os principais resultados do Projeto SigaBrasil no levantamento de produção e custos foram os mapas das principais regiões produtoras de cada produto, que auxiliaram a definição dos roteiros de levantamento de safra e das praças de coleta de preços. No caso dos estoques de produtos agrícolas, além do georreferenciamento das unidades armazenadoras, fez parte do escopo do Projeto a geração de mapas temáticos, com a localização dos armazéns, o tipo da estrutura armazenadora e as rodovias, que auxiliaram os trabalhos de fiscalização.

Ainda fizeram parte do escopo do Projeto o estudo da viabilidade do mapeamento do sisal no estado da BA e o relatório da abrangência dos levantamentos de safra da CONAB e do IBGE, além da elaboração de diversos mapas temáticos, como: os da produção agrícola de todos os produtos assistidos pela Companhia; o das vias de escoamento da produção da região do MATOPIBA; os do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), desde 2003; os da área de execução do Programa Vendas em Balcão, em todo o país; e os da diferença entre a capacidade estática de armazenamento e a produção agrícola, nos principais estados produtores.

## **11. GESTÃO DE PESSOAS**

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da CLT. Conta também com estagiários nível Superior, como também de empregados terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

Conforme estabelecido no regulamento de pessoal, o ingresso nos quadros da Companhia se dá por meio de concursos públicos. Não obstante, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e/ou por força da Lei da Anistia, nº 8.878 de 11 de maio de 1994, materializadas por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Em decorrência da pouca governabilidade sobre esse processo, a Companhia permitiu o ingresso de empregados sem observar o quadro de pessoal ideal na sua estrutura organizacional.

### **11.1. Alocação de Servidores**

**Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados**

#### **Distribuição de Empregados**

A estratégia adotada para a alocação dos empregados da Sureg/GO consiste primeiramente na necessidade da área, na análise do cargo e da função ou espaço ocupacional, verificando se está compatível com a lotação pretendida, visando também deste modo evitar situações de desvio de função. A este procedimento, também está atrelada a análise da formação do empregado, como forma de incentivo para a contínua aprendizagem, bem como as habilidades apresentadas no desempenho de suas atividades

O ingresso no quadro efetivo da Conab se dá por meio de concursos públicos e mais recentemente por meio de decisões judiciais e/ou por força da Lei da Anistia nº 8.878/94

As propostas de mudanças de lotação são realizadas por intermédio de Atos de Superintendência, as sugestões/recomendações de alteração de função ou espaço ocupacional, são enviados para análise dos órgãos responsáveis na Matriz, pois são efetivadas por meio de Portaria emitida pelo Presidente da Companhia. Anualmente é realizada pelo Setor de Recursos Humanos a verificação dos dados constantes no quadro de pessoal, na qual as incorreções detectadas são informadas à Matriz (GECAV), considerando que as Superintendências Regionais não tem permissão de acesso ao banco de dados dos empregados (Sistema SENIOR e SIAPE)

### **11.2. Comunicação na Instituição**

**Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição**

#### **Público Interno**

A comunicação de informação na Companhia, se dá por meio dos seguintes veículos : **Correio Eletrônico** - Todo empregado da Cia, inclusive os cedidos, possui um endereço eletrônico corporativo, para o qual as correspondências de interesse geral são enviadas pelas Gerências demandantes da Matriz. **Informativo eletrônico** “Notícias do Dia”: presente diariamente na intranet, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras. **Intranet**: são disponibilizadas informações tais como regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, entre outros. Podemos também citar como canais de comunicação: a **Ouvidoria, o Fórum de Relações de Trabalho e o Boletim Administrativo**, que trata das alterações de pessoal, designações/destituições no âmbito da Companhia. No âmbito da Sureg/GO, além dos expedientes convencionais, informações gerais são disponibilizadas no quadro mural.

### **Público externo**

Internet – Veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safra, avisos e resultados de leilões e os programas desenvolvidos pela Companhia

### **11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho**

#### **Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho**

O diagnóstico do clima organizacional da Companhia foi efetuado pela Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC no ano de 2008 e a Sureg/GO, por entender que a satisfação pessoal do colaborador é fundamental para um bom clima organizacional, busca estabelecer uma relação de confiança, mantendo-se disponível para atender aos pleitos dos colaboradores quando procurados, demandando, se necessário, providências das áreas/chefias envolvidas.

O Clima Organizacional representa, em linhas gerais, o nível de satisfação dos trabalhadores no cotidiano da empresa. Faz parte do clima as relações de trabalho com colegas e gestores, a maneira que as pessoas interagem umas com as outras, o conforto físico, o apoio para a realização das tarefas, a valorização e reconhecimento, a liberdade de expressão e tantos acontecimentos que ocorrem no ambiente de trabalho. Assim sendo, na Regional de Goiás foram desenvolvidas ações no intuito de melhorar o Clima Organizacional, notadamente no que tange aos aspectos das relações interpessoais e de gestão, além do conforto físico de seus colaboradores.

Registramos que se encontra em curso a Pesquisa de Clima Organizacional realizada em toda Conab, estando a mesma na fase de tabulação dos dados, da qual aguardamos os resultados para o desenvolvimento de ações específicas que possam potencializar os pontos fortes e corrigir os negativos, a fim de gerar um ambiente de trabalho cada vez mais integrado, motivado e participativo.

### **11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem**

#### **Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras**

As Superintendências Regionais podem propor a realização de cursos de capacitação dentro do limite orçamentário estabelecido pela Diretoria competente, sendo que as atividades independentemente de valor são encaminhadas para análise da área de TD&E da Matriz.

As ações de treinamento podem ser demandadas pelas áreas da Matriz, pela Superintendência ou pelo empregado interessado. No exercício de 2012, alcançamos o montante de 335 empregados que participaram de treinamento, distribuídos por diversas áreas de conhecimento.

Foram realizados pela Sureg-GO 36 (trinta e seis) eventos de treinamentos, entre palestras, fóruns, cursos e congressos, promovidos por diversas entidades, conforme quadro a seguir:

#### Quadro 11.4.1 - Ações de Treinamento

EVENTOS	CH	ORG
Indicadores de desempenho	32	Instituto Agilitá de Psicologia
Elaboração de Relatório de Gestão e Prestação de contas	12	Conab
Governança corporativa: Planejamento metas e riscos	120	Conab
Construção do SISAN	16	SISAN-Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
PAANET- Programa de Aquisição de Alimentos	315	Conab
Mostra de tecnologia e energia canavieira	30	SIMTEC- Simposio intern.mostra de tec. E Energia canavieira
Sucronergetica Brasil Central Canacentro	12	FAEG/SENAR/SINFERG/FAÇUCAR
Fiscalização do Programa Alimentar – PAA	32	Conab
Classificação e análise de Grãos	24	<b>Centreinar</b>
Controle de pragas e grãos armazenados	80	Bequisa
Procedimento de restit. de prod. agrícolas armazenados	44	Conab
Armazenamento de graos – modulo II	<b>350</b>	Conab
Gerentes, RT's e encar. de dep.das UA's – interagir e planejar	400	Conab
Operacionalização do SISMAT	24	Conab
Prevenção de Acid. de Trab. para membros da CIPA II	80	Conab
Prevenção de Acid. de Trab. para membros da CIPA II	390	Toatal Assessoria eo Trabalho Ltda
Prevenção de Acidentes e uso de EPI's	28	Assessoria em seg. e saúde ocup.
Ocorrência de Sinistros, espaço confinado e combate a incêndio.	39	Asses. em seg. e saúde ocupacional
Como anda a sua postura	36	Conab
Termo de referência e formação de preços nas licitações.	16	Licidata cursos ltda.
Gestão e fiscalização de contratos	256	CGU
Goiânia – Coleta seletiva de lixo	58	Comurg
Novo CPR – Contas a pagar e receber	24	Conab
Novo CPR – Contas a pagar e receber	16	Esaf- Escola de adm. Fazendaria
Contabilidade aplicada ao setor público – Básico	52	CGU

Legislação tributária aplicada aos sist. SAAGRA e XFAC	480	Conab
Líderes que fazem a mudança funcionar	1	TD – Treinamento e desenv.
As regras básicas da liderança pelo exemplo	2	conab
outlook	40	C. de inclusão dig. do trabalhador.
Novo sistema Jurídico da Proge – PROCESS	16	Conab
Procuradores da Conab – ENAPRO	48	Atame – Prós graduação e cursos
Membros de comissão de processos interno de apuração – PAD/PIA	72	CGU
Rumo a cultura de acesso à informação – LEI 12.527/2011	30	CGU
Persuasão – a magia de trazer pessoas para o seu modo de pensar	1	Conab
Gestão de pessoas na era da incerteza	20	ABR Goiás – Associação Bras. de RH
Fundamentos do marketing	20	Conab
<b>TOTAL</b>	<b>3216</b>	

A análise dos resultados, indica que foi satisfeito os anseios dos treinados, já que foram voltados para o aprendizado e informação.

## 11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

### 11.5.1 - Composição do quadro de servidores ativos

O quadro de pessoal da Sureg-GO, ao final do exercício de 2012, contava com 371 servidores, sendo que no decorrer do ano houve 03 desligamentos por falecimento e 01 readmissão de ex-empregado beneficiado pela lei da anistia.

#### Quadro 11.5.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	não há	371	1	3
1.1. Servidores de Carreira		371	1	3
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	não há	0	0	0
2.1. Diretor				
2.2. Acessor				
2.3. Requisitado				
<b>3. Conselho de Administração</b>	não há			
<b>4. Pensão Vitalícia</b>	não há			

Fonte: Digep/Sugep

### 11.5.2 – Redução da força de trabalho

Do quadro total da Sureg-GO, cerca de 36,38% encontrava-se em situação de redução da força de trabalho. A Superintendência Regional de Goiás conta com 371 empregados, sendo que

deste 132 estão cedidos a outros órgãos da administração pública federal (PRT/MT, MTE/MT, INCRA, UFG, INSS etc). Esse quantitativo representa um total de 35,57% do total de empregados da Sureg-GO.

Em comparação com ano de 2011 a alteração do quadro de servidores da Regional foram decorrentes de: 03 desligamentos por motivo de falecimento, 02 transferências para outra regional e 01 readmissão pela lei da Anistia (3+2-1=4). destacando-se os cedidos, conforme detalhado no quadro abaixo:

#### Quadro 11.5.2.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>132</b>
1.1. Decreto nº 10.470 de 25/06/2002	4
1.2. Decreto nº 4.050 de 12/12/2002	128
<b>2. Afastamentos (2.1+2.4)</b>	<b>2</b>
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Aposentadoria – invalidez temporaria	1
<b>3.. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>1</b>
3.1. licença maternidade -120 dias	1
3.2. Licença maternidade – emp.Cidadã – 60 dias	0
<b>4. Licença não Remunerada</b>	<b>0</b>
4.1. Interesses Particulares	0
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>6. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>135</b>

Fonte: DigeP/Sugep

#### Quadro 11.5.2.2 – Composição do quadro de Recursos Humanos– Situação em 31/12/12

Discriminação	Quantidade de Empregados	
	GO	
	31/12/11	31/12/12
Em efetivo exercício na empresa	241	236
Assessores (contrato especial)	0	0
Cargo de Direção na empresa	0	0
Diretor não empregado	0	0
Conselheiro de Administração/Fiscal	0	0
Licenciado INSS / Acidente de Trabalho	3	0
Aposentadoria – invalidez temporario	0	1
Cedidos – Decreto 4.050	3	4
Cedidos – Decreto 10.470	127	128
Licença Maternidade – 120 dias	0	1
Licença Maternidade – empresa cidadã 60 dias / adoção	0	0
Assessores (Contrato Especial ) Requisitado	0	0
Licença para cargo eletivo	1	1
<b>Total</b>	<b>375</b>	<b>371</b>

Fonte: DigeP/Sugep

#### 11.5.3 - Cargos de comissão e função gratificada

A Sureg-GO possui 38 cargos comissionados sendo: 01 Superintendente, 01 assessor, 03 Gerentes de área, 10 encarregados de setor, 04 secretárias, 01 procurador chefe, 10 gerentes de unidades e 08 encarregados de depósito.

#### Quadro 11.5.3.1 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>38</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
1.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		38	6	6
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>38</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

Fonte: Digep/Sugep

#### 11.5.4 - Faixa etária

Dos 371 empregados da Sureg-Go 300 já ultrapassaram os 51 anos, o que representa 81,0% dos servidores ativos da Regional. Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecendo as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição de 30 e 35 anos. A idade avançada dos empregados não interferiu em suas atividades técnicas, porém conforme a idade avança as limitações físicas vão surgindo e interferindo nas atividades que requerem maior esforço físico.

A Conab disponibiliza aos seus empregados e dependentes a assistência médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, sendo talvez esse o maior motivo do não desligamento dos quadros da empresa.

#### Quadro 11.5.4.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>51</b>	<b>199</b>	<b>74</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	2	1	51	199	74
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. PROVIMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>27</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	1	4	12	27	-

#### 11.5.5 - Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade, verifica-se a existência de 87 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste ( pós-graduação, mestrado, doutorado) a grande maioria possui nível médio e fundamental.

**Quadro 11.5.5.1 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<b>1. Empregados de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>29</b>	<b>21</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>161</b>	<b>5</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Servidores de Carreira	0	12	29	21	28	5	161	5	34	30	2		-	-
<b>2. Empregados em função Gratificada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de carreira	-	0	2	1	3	0	17	0	10	10	0	1	-	0
2.2. Contrato especial ( Diretor, assessor, conselheiro).														
2.3. Requisitados														
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>31</b>	<b>22</b>	<b>31</b>	<b>5</b>	<b>178</b>	<b>5</b>	<b>44</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**LEGENDA - Nível de Escolaridade** - 1 - Analfabeto; 2 – 4º série incompleto; 3 – 4º série completa; 4 - 5ª a 9ª incompleta; 5- 1º grau completo; 6- 2º grau incompleto; 7 Segundo grau ou técnico; 8 – Superior incompleto; 9- superior completo; 10 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 11 – Mestrado; 12 – Doutorado; 13ª - PhD/Livre Docência; 14-mestrado sem defesa de tese

Fonte: Digep/Sugep

**11.5.6 - Estagiários**

O Programa de Estágio da Companhia foi implementado através do Voto DIAFI nº378/2003 com o objetivo de proporcionar a complementação educacional dos estudantes de ensino médio e superior, e o seu desenvolvimento profissional por meio da vivência na Companhia. O Voto DIRHU nº 12/2008, definiu o número de 24 (vinte e quatro) vagas para estagiários na Sureg/GO.

Além dos empregados, em 2012 a Sureg-Go contava com 17 estagiários de nível superior e 6 de nível médio, com custo anual de R\$186.932,14 conforme mostra o quadro a seguir:

**Quadro 11.5.6.1 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>16</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	186.932,14
1.1 Área Fim	5	6	11	8	
1.2 Área Meio	11	12	7	9	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	
2.1 Área Fim	4	4	5	5	
2.2 Área Meio	3	2	1	1	
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>186.932,14</b>

fonte: Gefad/Sereh

**11.5.7 - Custos associados à manutenção dos recursos humanos**

Em 2012, a despesa de pessoal com os empregados lotados na Sureg-GO foi de R\$49.163.267,49. Houve um acréscimo de 22.74% sobre o valor de 2011.

Custo dos cedidos em relação ao total: 19,55%; Custo dos servidores que ocupam cargos de função gratificadas em relação ao total : 19.676%.

Estão inseridos no quadro de custos, as rubricas remuneratórias e benefícios/vantagens:

- Vencimentos e vantagens: Proventos fixos;
- Gratificações: Funções gratificadas
- Adicionais: Insalubridade, periculosidade e adicional de transferência;
- Indenizações: Diárias
- Benefícios: Auxílio alimentação; Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT; Assistência Pré-Escolar; Auxílio Escola; Vale transporte; Salário Família; Auxílio aos Portadores de Deficiência e Necessidades Especiais e Auxílio Funeral;
- Despesas de Exercícios anteriores: ACT 2010/2011;
- Decisões Judiciais: Pensões Vitalícias.

O Quadro de Custos não contempla os Encargos Sociais: ( FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, Senac, Sesc, Sebrae). Os valores desses encargos somaram no exercício de 2012 o montante de R\$ 11.183.738,89, um acréscimo de 26.556% sobre o valor de 2011 (R\$ 8.836.943,04)

#### Quadro 11.5.7.1– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Assistenciais e				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>										
Exercícios	2012	24.187.512,44	-	-	12.703,78	1.467.100,00	3.569.545,52	637.430,34	-	29.874.292,08
	2011	18.399.287,18	-	-	12.805,32	936.365,00	2.922.342,18	780,70	-	22.271.580,38
	2010	17.019.593,82	-	-	40.973,68	502.801,00	3.051.747,30	545.437,00	-	21.160.552,80
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2012	7.504.220,24	-	-	116.389,63	-	1.819.720,19	175.375,05	-	9.615.705,11
	2011	6.045.687,20	-	-	45.982,00	3.405,00	1.566.065,18	9.686,05	-	7.670.825,43
	2010	5.411.464,72	-	-	45.678,00	18.055,00	1.462.938,88	115.957,30	-	7.054.093,90
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>										
Exercícios	2012	6.385.755,16	-	2.200.975,68	9.988,70	56.956,00	838.687,60	180.907,16	-	9.673.270,30
	2011	7.012.344,52	-	1.990.590,78	-	210.943,00	900.165,90	-	-	10.114.044,20
	2010	5.389.858,28	-	1.922.852,02	8.568,00	76.436,00	701.901,58	244.223,30	-	8.343.839,18
<b>TOTAL</b>										
Exercícios	2012	38.077.487,84	0,00	2.200.975,68	139.082,11	1.524.056,00	6.227.953,31	993.712,55	0,00	49.163.267,49
	2011	31.457.318,90	0,00	1.990.590,78	58.787,32	1.150.713,00	5.388.573,26	10.466,75	0,00	40.056.450,01
	2010	27.820.916,82	0,00	1.922.852,02	95.219,68	597.292,00	5.216.587,76	905.617,60	0,00	36.558.485,88

Fonte: Digeop/Sugep

### 11.5.8 - Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2012.

#### Quadro 11.5.8.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – SUREG-GO														
UG/Gestão: 135141 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0022-05							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	6	O	Reprográfica	05022145/0001-07	03/07/08	02/07/13								P
2011	8	O	Oficina Mec.	08532353/0001-44	28/07/11	27/07/12								E
2008	12	O	Ginastica Lab.	06162733/0001-09	01/02/08	31/01/13							1	P
2011	12	O	Juridico	05605122/0001-25	13/12/11	12/12/12							3	A
2011	3	O	Manut. Inform.	109033055/0001-72	20/04/11	19/04/12				1				P
2012	11	O	Estagiario	61600839/0001-02	15/04/12	14/04/13				7			17	A
2011	11	O	Loc. Veículos	09652613/0001-88	14/07/11	15/07/13								P
2012	12	O	Braçagem	02180877/0001-37	28/09/12	27/09/13								A
2012	12	O	Braçagem	09179089/0001-70	18/09/12	17/09/13								A
2012	12	O	Braçagem	02362119/0001-30	18/09/12	17/09/13								A
2012	12	O	Braçagem	02415511/0001-08	25/09/12	24/09/13								A

**Observações:** Não existe numero fixo de trabalhadores. É de acordo com a necessidade/demanda.

**LEGENDA**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Área:**  
 1. Segurança;  
 2. Transportes;  
 3. Informática;  
 4. Copeiragem;  
 5. Recepção;  
 6. Reprografia;  
 7. Telecomunicações;  
 8. Manutenção de bens móveis;  
 9. Manutenção de bens imóveis;  
 10. Brigadistas;  
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;  
 12. Outras ( Ginastica laboral, advogados, braçagem)

Fonte:Gefad/Setad Geope/Seope

**Quadro 11.5.8.2– Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância**

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento - SUREG-GOÍÁS															
UG/Gestão: 135141 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0022-05								
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2008	V	O	Vigilância-GO	04032981/0001-00	02/09/08	01/09/12			44				P	44	
2010	V	O	Vigilância-DF	02674687/0001-76	31/03/10	30/03/12			16				P	16	
2010	L	O	Limpeza-GO	063084670001-80	22/03/10	21/03/13			7				P	7	
2006	L	O	Limpeza-DF	04248842/0001-18	01/09/06	31/08/12	1		2				E	3	

**Observações:**  
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Gefad/Setad

Os contratos efetuados pela Sureg-GO em 2012 atenderam os dispositivos da LEI 8.666/93, e suas alterações, Lei 10.520/02 e decreto 5.450/05.

**Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.**

A Conab por ser uma Empresa pública com personalidade jurídica de direito privado esta sujeita ao regime da CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

O quadro de pessoal da Sureg-GO é composto por 371 empregados dos quais 101 já estão aposentados o que representa 27.23% do quadro efetivo da Superintendência. Como são contratados pelo regime da CLT, não há uma idade limite para aposentadoria compulsória, prevalecendo as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição de 30 e 35 anos.

No decorrer do exercício de 2012 foi readmitido somente um ex-empregado pela Lei da Anistia, três funcionários demitidos (morte) e dois empregados transferidos para outras regionais.

**Quadro - 11.5.9 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos**

1	<b>Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	0,23		
	<b>Análise:</b>			
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	24,26%	53,60%	68,96
	<b>Análise:</b> Meta não atingida devido a contenção de despesas.			
3	<b>Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0,54	0	0
	<b>Análise:</b>			
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	8,36	8,27	8,52

**11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos****Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação**

**remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.**

Ao tomar conhecimento de possível descumprimento do que dispõe o art. 37 da Constituição Federal, por parte de empregados da Companhia, a área de competente autua processo administrativo para apuração dos fatos. Ao ingressar na Companhia, o empregado é convidado a preencher o documento “Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, no entanto, esse documento não tem se mostrado eficaz no sentido de coibir eventuais indícios de acumulação de cargo. Esse função é desempenhada pela Área de Recursos Humanos da Matriz.

**11.7. Previdência Complementar (Cibrius)**

**Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS**

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência

complementar patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Matriz (UG 135100) e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU Brasília).

## Identificação da unidade

### Quadro 11.7.1 - Identificação unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

**Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012** (com valores referentes ao mês de competência)

O Plano de Benefícios CONAB, inscrito no CNPB (Cadastro Nacional dos Planos de Benefício) sob o n.º 19.790.007-19, é estruturado na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO, o que significa que o benefício é estabelecido no momento da adesão ao plano com base em fórmulas de cálculo previstas no regulamento. Para propiciar esse benefício aos participantes, a entidade recolhe contribuições do participante que são descontadas mensalmente do seu pagamento de acordo com o plano de custeio definido anualmente pelo atuário, e a patrocinadora tem a obrigação de repassar o mesmo valor mensal que é descontado do participante para formar uma reserva que será utilizada para pagamento dos benefícios futuros.

A Sureg-Go possui 117 participantes ativos, cujas contribuições somaram em 2012 o montante de R\$ 1.076.583,28, o que representa 7.09% da contribuição total Nacional de R\$ 15.179.741 com 1.539 participantes.

**Quadro 11.7.2 – Contribuição participantes ativos e contribuição pagas pela patrocinadora CONAB** (com valores referentes ao mês de competência)

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição dos Empregados	Participação %
GO	117	1.076.583,28	7,09%
<b>Conab Nacional</b>	<b>1.539</b>	<b>15.179.741,18</b>	-
Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição Patronais	Participação %
GO	117	1.075.375,07	7,09%

**Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS**

**Quadro 11.7.3 - Demonstrativo de benefícios pagos pelo Cibrius**

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Assistidos	Valor Pago dos Benefícios	Participação %
GO	91	1.087.698,56	4,77%
<b>Conab Nacional</b>	<b>1.317</b>	<b>22.824.464,73</b>	<b>-</b>

**Resultado financeiro do CIBRIUS**

Apresentado no Relatório de Gestão da Matriz.

**Demonstrativo da posição das aplicações do CIBRIUS**

Apresentado no Relatório de Gestão da Matriz.

**Análise das conclusões do parecer atuarial anual do CIBRIUS**

Apresentado no Relatório de Gestão da Matriz.

**12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL****12.1. Programas e Ações do PPA**

**Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA**

**Quadro 12.1.1 – Ações orçamentárias da UJ**

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	332.160	-	50.000.000,00	13.646.996,49
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	8	10	1.121.263,26	82.077,88
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	170	223	350.000,00	163.217,51
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	50	41	20.000,00	94.182,43
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12	12	120.000,00	102.746,94
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	11.000.000,00	10.936.692,56
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	7.500.000,00	7.246.907,62
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	1.150	1.136	2.630.000,00	2.625.160,03
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	325	349	30.000,00	27.676,30
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	365	369	2.060.000,00	2.057.465,72
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	350	335	90.000,00	81.874,84
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	3.500.000,00	3.474.246,96
			00H2 - Pcto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	1.520.000,00	1.519.363,71

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

## Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

### Principais ações:

- **2130 - Formação de Estoques:** Os produtos amparados pela PGPM apresentaram, de modo geral, preços equilibrados, ou seja, igual ou acima dos preços mínimos fixados, não necessitando da intervenção do governo.
- **2829 - Recuperação da Rede própria:** No exercício de 2012 a previsão era um investimento na ordem de 1.120.000,00 para reformas nas Unidades Armazenadoras da Sureg-Go. porém, devido ao contingenciamento orçamentário, as obras não foram realizadas em sua totalidade, sendo que os investimentos feitos foi de R\$ 82.107788, ficando os processos na Matriz aguardando autorização para proceder as licitações.
- **2137- Fiscalização dos estoques:** Diferença resultante de contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques resultante de comercialização e escassa aquisição de novos produtos.
- **4702 – Cadastro de armazéns:** Despesa com o senso do Paraná (deslocamento de técnicos)
- **4711 – Pesquisa de Safras -** Meta física atingida em 100%.

A Conab tem a responsabilidade de fazer levantamentos de safras dos principais grãos, café, cana-de-açúcar e de produtos relacionados com a agroenergia. Todo o sistema de coleta, tratamento e divulgação é cercado de credibilidade, confiabilidade, presteza, agilidade, tempestividade, acessibilidade, continuidade, consistência e transparência. Os resultados desse trabalho refletem positivamente na imagem da Companhia perante aos agentes econômicos nacionais e internacionais. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

No levantamento da safra de grãos, as informações são obtidas nos principais municípios, em contatos feitos com os produtores rurais, agrônomos e técnicos de cooperativas, secretárias de agricultura, órgãos de assistência técnica e extensão rural e agentes financeiros.

O trabalho é realizado com periodicidade mensal, com deslocamentos a campo bimestralmente, ou seja 6 deslocamentos para acompanhamento “in loco” e complementada com contatos via telefone, mensagem eletrônica ou outros meios disponíveis, para atualização dos dados, perfazendo um total de 12 (doze) levantamentos que são publicados mensalmente no sitio eletrônico da Conab.

No levantamento da safra de café, a Conab utiliza-se de parceria na maioria das estados produtores e os agentes prestam as informações em nível estadual e o resultado final é de responsabilidade da Conab. A periodicidade é quadrimestral (de quatro em quatro meses), são realizados 3 levantamentos “in loco”, visitando as propriedades e entrevistando produtores, técnicos e associações, visando com isso obter informações confiáveis e consistentes.

O processo de levantamento da safra de cana-de-açúcar é realizado pelos técnicos da

Companhia que visitam as usinas de cana-de-açúcar, com periodicidade quadrimestral, deslocando-se 3 vezes ao ano. Os resultados são divulgados em três boletins anuais.

## Safras

A SUREG-GO segue o cronograma de levantamentos de safra de grãos, cana-de-açúcar e café da Matriz. O ano safra avaliado neste relatório diz respeito ao ano safra 2011/12, ou seja, as culturas são plantadas no ano de 2011 e colhidas no ano 2012 e o ano safra 2012/13, onde as culturas são plantadas no ano de 2012 e colhidas no ano de 2013. Em relação ao ano safra 2011/12 abaixo transcrevemos os quadros de área, produtividade e produção agrícola no ano safra 2011/12 e estimativa do ano safra 2012/13, das principais culturas plantadas no Estado de Goiás.

Em Goiás não ocorreram variações climáticas severas que pudessem causar danos de grande monta a agricultura, ocorreram sim, situações pontuais de falta de chuva, que por serem pontuais e por ocorrer em estádios diversos do desenvolvimento vegetativo das principais culturas, puderam ser mitigados com o restabelecimento das chuvas. As informações climatológicas utilizadas por este setor, são todas de origem de órgãos como INMET – Instituto Nacional de Meteorologia e do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Abaixo apresentamos o demonstrativo com a área, produtividade e produção das safras 2011/12 e 2012/13 de grãos, cana-de-açúcar e café no Estado de Goiás. Informamos que os dados abaixo apresentados foram retirados do 4º Levantamento de Safras de grãos, 3º Levantamento da Safra de Cana-de-Açúcar e 2º Levantamento da Safra de Café, publicados pela CONAB e os dados referentes à safra 2012/13 são estimativas, uma vez que são confirmados em levantamentos posteriores. Os preços abaixo apresentados, foram retirados do Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO.

Paralelo a publicação pela Conab Matriz do Levantamento da Safra (Grãos, Café e Cana-de-Açúcar), este Setor também faz uma compilação dos dados e, os apresenta de forma regionalizada, tratando da situação goiana de modo específico, tal trabalho visa dar mais visibilidade as nuances do agronegócio goiano.

**Quadro 12.1.2 – Representação da área, produtividade e produção em Goiás, ano-safra 2011/12 e 2012/13 de Grãos.**

Produtos	Área (em mil hectares)			Produtividade (kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var (%)	Safra 11/12	Safra 12/13	Var (%)	Safra 11/12	Safra 12/13	Var (%)
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(d)	(d/b)	(e)	(f)	(f/e)
Algodão	89,6	59,1	(34,0)	3.780	4.125	9,1	338,7	243,8	(28,0)
Arroz	58,2	35,0	(39,9)	2.992	2.640	(11,8)	174,1	92,4	(46,9)
Feijão 1ª Safra	62,2	51,6	(17,0)	2.268	2.320	2,3	141,1	119,7	(15,2)
Feijão 2ª Safra	22,6	22,6	0,0	2.300	2.300	0,0	52,0	52,0	0,0
Feijão 3ª Safra	41,4	41,4	0,0	2.779	2.869	3,2	115,1	118,8	3,2
Feijão Total	126,2	115,6	(8,4)	2.441	2.513	2,9	308,1	290,5	(5,7)
Girassol	13,9	13,9	0,0	1.355	1.400	0,0	18,8	19,5	3,7
Milho 1ª Safra	547,3	419,8	(23,3)	8.000	7.925	(0,9)	4.378,4	3.326,9	(24,0)
Milho 2ª Safra	694,6	694,6	0,0	6.043	5.720	(5,3)	4.197,5	3.973,1	(5,3)
Milho Total	1.241,9	1.114,4	(10,3)	6.905	6.551	(5,1)	8.575,9	7.300,0	(14,9)
Soja	2.644,7	2.888,0	9,2	3.120	3.150	1,0	8.251,5	9.097,2	10,2
Sorgo	296,5	296,5	0,0	3.369	3.150	(6,5)	998,9	934,0	(6,5)
Trigo	12,2	9,0	(26,0)	4.949	4.400	(11,1)	60,4	39,6	(34,4)
<b>Total Goiás</b>	<b>4.483,2</b>	<b>4.531,5</b>	<b>1,1</b>	<b>4.148</b>	<b>3.956</b>	<b>(4,60)</b>	<b>18.597,8</b>	<b>17.924,4</b>	<b>(3,6)</b>

<b>Total Brasil</b>	<b>50.885,2</b>	<b>52.014,3</b>	<b>2,2</b>	<b>3.266</b>	<b>3.468</b>	<b>6,20</b>	<b>166.172,1</b>	<b>180.406,8</b>	<b>8,6</b>
---------------------	-----------------	-----------------	------------	--------------	--------------	-------------	------------------	------------------	------------

Fonte: Sureg/GO-Geope-Segeo

## Principais produtos agrícolas Goianos.

### Algodão:

A área goiana de algodão fechou a ano safra 2011/12 com 89,6 mil hectares e foi estimada em 59,1 mil hectares para a safra 2012/13, representando um decréscimo de 34,00%. A retração dos preços do algodão em pluma, tanto no Brasil quanto no Exterior, os elevados custos de produção e os excelentes níveis de preços alcançados pela soja e o milho são os fatores que ajudam a explicar a opção dos produtores em reduzir a área plantada nesse no Estado.

A cultura do algodão em Goiás foi afetada pelo clima em 2012, porém, está prevista uma forte recuperação nos níveis de produtividade, quando comparado com os observados no ano de 2011. Os preços pagos ao produtor durante o ano de 2012 são apresentados no gráfico 10.1.1

### Arroz:

A cultura do arroz já teve seu auge no Estado de Goiás nas décadas de 80 e 90, hoje o arroz concentra-se nas áreas irrigadas dos municípios de Flores de Goiás, Formosa e São João d'Aliança e áreas de sequeiro. A baixa tecnologia é um fator marcante nesta cultura, que em sua grande parte é plantada em pequenas áreas, sem emprego de tecnologias adequadas. A área tem sofrido decréscimos e na safra 2012/13 sofreu uma redução de 39,9% em relação a safra 2011/12. A cada safra a área vem sofrendo decréscimo. Os preços pagos ao produtor durante o ano de 2012 são apresentados no gráfico 10.1.1

### Feijão:

Com a redução de área da primeira safra goiana, aliado a problemas climáticos e ataque de pragas no restante do país, os preços do feijão no ano de 2012 sofreram significativo aumento. As demais safras são plantadas em regime de irrigação, o que faz com que o produtor, faça uma análise apurada sobre o custo de produção e preço de mercado, decidindo se é compensatório ou não plantar, este fato influencia diretamente no preço, uma vez que a menor oferta do produto irá gerar aumento de preços. A decisão sobre plantar ou não feijão é decidida muito próximo ao plantio. As áreas de 2ª e 3ª permaneceram inalteradas nas safras 2011/12 e 2012/13, porém com uma redução na produção total, que na safra 2011/12 foi de 308,1 mil toneladas, contra uma safra estimada em 290,5 mil hectares para a safra 2012/13. Os preços médios recebidos pelos produtores em Goiás no ano de 2012 são apresentados no gráfico 10.1.1

### Milho

A área goiana de milho na safra 2012/13 sofreu uma redução estimada em 10,3% em relação à safra 2011/12, a área com milho primeira safra perdeu área para a soja, uma vez que a mesma alcançou bons preços no mercado e na competição direta o produtor goiano acabou por optar pela soja, com isso reduzindo-se a área do milho primeira safra, esta perda foi estimada em 23,3% esse percentual representa algo em torno de 127,5 mil hectares. Já a área da segunda safra de milho foi estimada em 694,6 mil hectares, praticamente a mesma área da safra 2011/12. A produção goiana na safra 2012/13 deverá ser menor 14,9% em relação à safra anterior, que foi de 8.575,9 mil toneladas.

O produtor goiano foi beneficiado pela seca que atingiu os Estados Unidos da América, com isso os preços do cereal mantiveram-se atrativos ao produtor, que acabou vendendo milho para ser exportado, com isso o mercado interno sofreu com a elevação dos preços a partir do segundo semestre de 2012. A evolução dos preços pago ao produtor no Estado estão apresentados na tabela 10.1.1

### Soja

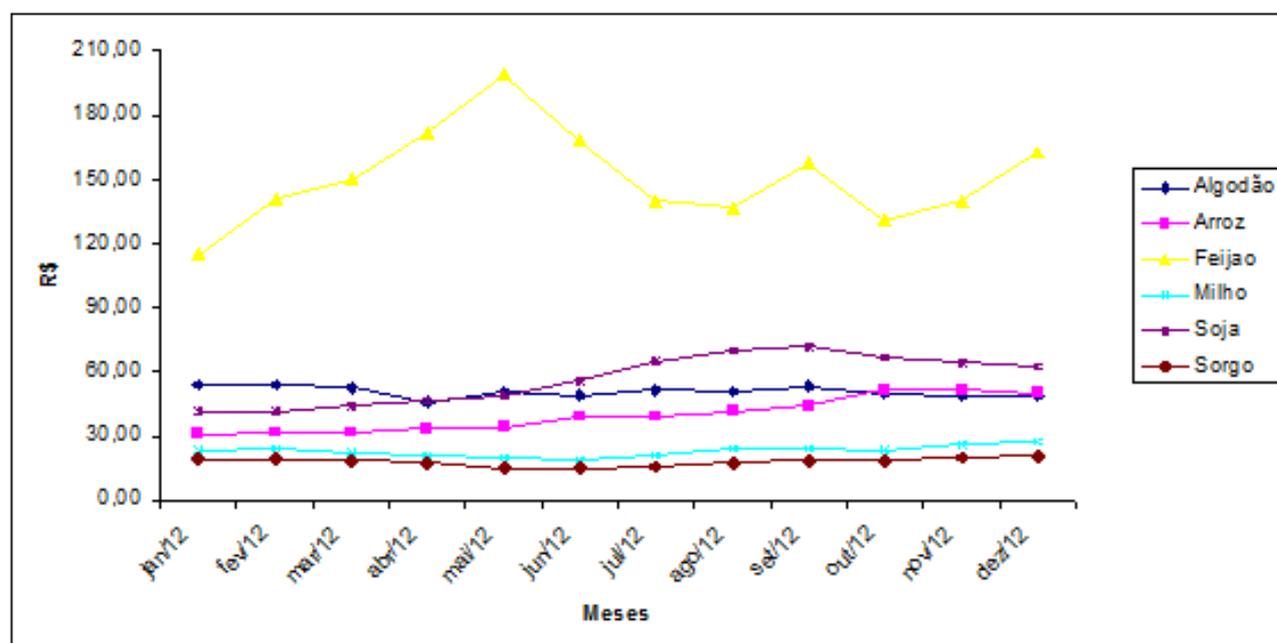
A área goiana com soja na safra 2012/13 é estimada em 2.888 mil hectares sendo 9,2%, superior aos 2.644,7 mi hectares cultivados na safra de 2011/12. Com a remuneração mais atrativa a soja ganhou área de diversas culturas, entre elas o milho, algodão e pastagens. Os bons preços atraíram os produtores e com boa parte de sua produção foi vendida antecipadamente, e com os preços em alta no mercado o aumento de área era praticamente inevitável.

No ano de 2012, o atraso no plantio foi provocado pelo clima. Os produtores brasileiros foram beneficiados com a forte seca que atingiu os Estados Unidos da América, principal produtor mundial de soja, no ano de 2012, os preços dados pelo mercado internacional na Bolsa de Valores de Chicago – CBOT, chegaram a patamares altos aliados ao baixo estoque final mundial em 2012. Estes fatores influenciaram positivamente no aumento de área no Estado. A evolução dos preços pago ao produtor no Estado estão apresentados na tabela 10.1.1

### Sorgo:

O sorgo é o quinto cereal mais importante no mundo, precedido por trigo, arroz, milho e cevada. É um importante componente da alimentação animal em no Brasil e em Goiás, ultimamente sendo utilizado também na indústria para produção de álcool. O sorgo é uma cultura marginal ao milho e depende do desempenho dele para participar no mercado. A evolução dos preços pago ao produtor no Estado estão apresentados na tabela 10.1.1

**Gráfico 001: Evolução dos preços pago ao produtor no Estado de Goiás no ano de 2012.**



Fonte: Sureg/GO-Geope-Segeo

### Cana de Açúcar

Goiás é o segundo maior produtor de cana-de-açúcar, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo. A lavoura de cana-de-açúcar expandiu no Brasil no ano de 2012. As áreas em produção continuam com progressivo aumento, embora em menor ritmo nos estados da Região Centro-Oeste e Sudeste. Goiás teve um acréscimo de área na parcela de colheita para a indústria, de 47,5 mil hectares.

Este crescimento tem origem nas lavouras das novas plantas inauguradas recentemente, e na expansão da área de unidades mais antigas. Em Goiás não houve relatos de deficiência hídrica para a lavoura de cana-de-açúcar no ano de 2012. A produtividade média goiana na safra 2012/13 foi de 72.636kg/ha, maior que a média brasileira. Este valor é 9,00% maior que a média da safra anterior, que foi de 66.655kg/ha.

**Quadro 12.1.3 - Representação da área, produtividade e produção em Goiás, ano safra 2011/12 e 2012/13 de Cana-de-Açúcar.**

Produto	Área (em mil hectares)			Produtividade (kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var (%)	Safra 11/12	Safra 12/13	Var (%)	Safra 11/12	Safra 12/13	Var (%)
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(d)	(d/b)	(e)	(f)	(f/e)
Cana-de-Açúcar- GO	678.420	725.910	7,0	66.655	73.200	9,80	45.220,1	53.136,6	17,5
<b>Total Brasil</b>	<b>8.356.100</b>	<b>8.520.540</b>	<b>2,0</b>	<b>67.060</b>	<b>69.846</b>	<b>4,20</b>	<b>560.363,8</b>	<b>595.126,6</b>	<b>6,2</b>

Fonte: Sureg/GO-Geope-Segeo

### SIAGRO:

A SUREG-GO realiza a pesquisa de preços dos mais variados produtos agrícolas, máquinas agrícolas, implementos, fertilizantes, corretivos, agroquímicos e os principais produtos agrícolas goianos, todos estes itens têm os seus preços lançados em um sistema próprio da CONAB, o Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO. É um dos mecanismos previsto pela CONAB para atingir um de seus objetivos estratégicos "ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e de abastecimento".

O sistema é composto por um conjunto de informações coletadas que será analisadas através de uma qualitativa das séries existentes, implementação de uma rede de informantes e definição de metodologias de coleta de dados pela Conab e seu objetivo é disseminar interna e externamente estudos e análises realizados pelo órgão com facilidade e flexibilidade.

Os preços aqui apresentados no quadro 4 são referentes ao nível de comercialização: preço recebido pelo produtor, aonde a coleta dos preços é realizada nos diversos municípios goianos e lançados no SIAGRO e feita a média mensal, que segue publicada no referido quadro.

Os preços são coletadas em diversas fontes, como Cooperativas, Corretoras de valores, produtores rurais, comerciantes e atacadistas dos diversos municípios goianos.

Estes preços também são publicados semanalmente em caráter interno, aonde este GEDES/SEGEO-GO elabora semanalmente um "folder" contendo os preços dos principais produtos agrícolas comercializados no Estado, de forma a prover informações atualizadas a toda SUREG-GO, bem como Unidades Armazenadoras.

- **2004 – Assistência Médica e Odontológica:** Visando o atendimento das necessidades dos

empregados típicos e atípicos, foi gasto no exercício de 2012 o valor de R\$ 2.625.160,03 perfazendo o total 99,81% da meta financeira. Em 2012 a meta física realizada de Beneficiários ficou em 1.136, abaixo da meta prevista de 1.150 beneficiários.

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor se dá de acordo com a faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados

#### Quadro 12.1.4 – Assistência Médica

Ano	2009	2010	2011	2012
N.º de Pessoas Beneficiadas	1.162	1.186	1.161	1.136
Valor Liquidado	1.775.776,91	2.319.447,16	2.116.946,38	2.625.160,03

- **2011 – Auxílio Transporte:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte aos empregados, de acordo com os dias trabalhados e a opção escolhida, ou seja: em pecúnia, pago pela Matriz através da folha de pagamento; Pela Sureg-Go quando a opção for pelo recebimento em créditos em cartão magnético ou concessão de vale-transporte.

A Sureg-Go teve como meta física atender 325 beneficiários/mês durante o ano de 2012 tendo beneficiado 349, ultrapassando a meta em 7.38%. A despesa da Sureg-Go nessa ação foi de R\$ 27.676,30, abaixo 7.75% da meta prevista de R\$ 30.000,00.

- **2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados:** O Auxílio alimentação é concedido por meio de créditos em cartão magnético (refeição e alimentação) de acordo com as normas estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho e beneficiou 369 empregados, superando a meta (365) em 1,09%. Com relação a meta financeira, a Sureg-Go previa uma despesa de R\$ 2.060.000,00 e executou R\$ 2.057.465,72 o que equivale a 99.88% da meta prevista.

#### Quadro 12.1.5 – Auxilio Alimentação

Ano	2009	2010	2011	2012
N.º de Pessoas Beneficiadas	346	365	370	369
Valor Liquidado	1.620.799,05	2.085.819,36	1.995.503,59	2.057.465,72

#### Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3, 4, 5, 6, 7.

## Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

**Quadro 12.1.6 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ**

Programa	Ação	Valor
2014 (SPA-Mapa)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	10.045,67
2105 (MAPA)	2000 - Adm Unidade (safra café)	7.527,61
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	305.331,30
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	7.114.202,07
	2802 - Oper Aquisição alimentos	180.927,62
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	515.195,20
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	23.541,37
2034 (Seppir-PR)	6440 - Desenvolvimento quilombo	361,00
<b>Total</b>		<b>8.157.131,84</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

**Fiscalização do Seguro Rural** - Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural. Em 2012 a Sureg/Go despendeu recursos na ordem de R\$10.045,67 para promover a fiscalização de apólices das áreas de produção beneficiadas pelo Programa. Foram seguidos os procedimentos de execução e demais condições acordadas com a Secretária de Política Agrícola do MAPA.

**Quadro 12.1.7 – Demonstrativo das ações de Fiscalização do Seguro Rural**

Sureg	2012		Justificativa
	Física	Orçamentária	
GO	43	10.045,67	-
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>10.045,67</b>	

### Levantamento da Safra de Café

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013.

A produção cafeeira no estado de Goiás, na safra 2012, totalizou 247,4 mil sacas de 60 quilos beneficiadas. O sistema de plantio, sob irrigação se aproxima de 100%, com produtividade estimada em 39,15 sacas por hectare. O parque cafeeiro do estado em produção é composto por 35.558 mil pés de café, sendo 28.375,7 em produção e 7.18, em formação. A colheita finalizada no mês de setembro, teve a seguinte distribuição: 10% no mês de maio, 30% em junho, 40% em julho, 15% em agosto e 5% em setembro

Apesar de contar apenas com 0,5% da produção nacional de café, com 247,4 mil sacas no ano de 2012, Goiás foi o estado com a maior produtividade em todo o país, segundo o

levantamento da Conab, bem acima do maior produtor nacional, Minas Gerais, que registrou 24,27 sacas por hectare, número bem próximo da média nacional, que foi de 24,8 sacas por hectare.

**Quadro 12.1.8 – Representação da área e produção em Goiás, ano safra 2011/12 de Café.**

Produto	PARQUE CAFEIRO				PRODUÇÃO (Mil sacas beneficiadas)			PRODUTIVIDADE (Sac/ha)
	EM FORMAÇÃO		EM PRODUÇÃO		Arábica	Robusta	Total	
	ÁREA (ha)	CAFEIROS (Mil covas)	ÁREA (ha)	CAFEIROS (Mil covas)				
Café - GO	1.707	7.182	6.320	35.558	247,4	0	247,4	39,15
<b>Total Brasil</b>	<b>279.619</b>	<b>973.547</b>	<b>2.049.738</b>	<b>5.745.705</b>	<b>38.344</b>	<b>12.482</b>	<b>50.826</b>	<b>24,8</b>

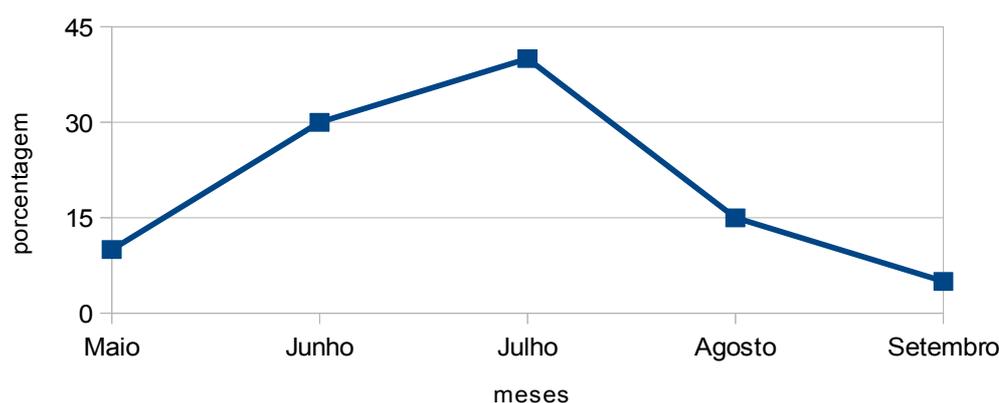
Fonte: Sureg/GO-Geope-Segeo

**Quadro 12.1.9 – distribuição mensal de colheita de Café - safra 2011/2012**

UG	Produção	t		Junho		Julho		Agosto		Setembro	
		%	Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde
Goiás	247,4	10	247,4	30	74,2	40	99	15	37,1	5	12,4

Fonte: Sureg/GO-Geope-Segeo

**Grafico-002 - Evolução da colheita de café**



### Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83

do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

### Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para viabilizar a embalagem e transporte para para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana em todo território nacional.

A Superintendência Regional de Goiás/DF, atendeu em 2012, um total de 1.300 famílias, com 4.600 atendimentos e 109.400 kg de alimentos entregues.

## 12.2. Restos a Pagar

**Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

**Quadro 12.2.1 – Situação dos Restos a Pagar no Exercício 2011**

RP PROCESSADOS 2011					RP NÃO PROCESSADOS 2011			
UG	Inscrito 29.521.01.01	Pago 29.521.02.01	Cancelado 19.524.0100	A Pagar 29.521.01.01	Inscrito 29.511.0100	Pago 29.511.0300	Cancelado 19.514.0200	A Pagar 29.511.0100 29.511.0200
135141	1.396.910,47	1.397.185,33	0,00	0,00	671.520,23	646.933,23	24.587,00	0,00
135145	2.211,78	2.211,78	0,00	0,00	3.929,25	3.929,25	0,00	0,00
135146	2.050,05	2.050,05	0,00	0,00	3.454,29	3.454,29	0,00	0,00
135147	6.083,51	6.083,51	0,00	0,00	272.699,21	272.175,48	523,73	0,00
135148	14.833,64	14.833,64	0,00	0,00	41.077,94	34.179,11	6.898,83	0,00
135149	12.651,23	12.651,23	0,00	0,00	32.772,45	32.772,45	0,00	0,00
135152	819,56	819,56	0,00	0,00	4.729,25	4.618,25	111,00	0,00
135153	79.415,56	79.415,56	0,00	0,00	586.490,25	321.870,88	6.302,98	258.316,39
135161	2.625,40	2.625,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135410	4.231,71	4.234,19	0,00	0,00	4.028,89	0,00	0,00	0,00
135449	1.998,33	2.007,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.523.828,24</b>	<b>1.524.117,88</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.620.701,76</b>	<b>1.323.961,83</b>	<b>38.423,54</b>	<b>258.316,39</b>

Fonte: Diafi/Sucon

**Quadro 12.2.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios 2012**

RP PROCESSADOS 2012					RP NÃO PROCESSADOS 2012			
UG	Inscrito 29.521.01.01	Pago 29.521.02.01	Cancelado 19.524.0100	A Pagar 29.521.01.01	Inscrito 29.511.0100	Pago 29.511.0300	Cancelado 19.514.0200	A Pagar 29.511.0100 29.511.0200
135141	328.673,57	328.673,57	0,00	0,00	372.466,40	367.751,66	4.714,74	0,00
135143	80.468,01	80.468,01	0,00	0,00	596.005,06	493.126,15	102.878,91	0,00
135145	7.698,42	7.698,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135146	7.331,10	7.143,59	0,00	187,51	0,00	0,00	0,00	0,00
135147	7.866,34	7.866,34	0,00	0,00	104.681,15	100.953,25	3.727,90	0,00
135148	11.916,56	11.705,88	0,00	210,68	4.897,00	3.136,15	1.760,85	0,00
135149	12.784,89	11.989,93	0,00	794,96	0,00	0,00	0,00	0,00
135152	7.967,17	7.967,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135153	265.787,04	262.954,64	0,00	2.832,40	182.185,74	10.681,36	0,00	171.504,38
135161	7.726,35	7.698,42	0,00	27,93	0,00	0,00	0,00	0,00
135410	7.906,49	7.698,42	0,00	208,07	0,00	0,00	0,00	0,00
135427	97.830,01	97.830,01	0,00	0,00	1.170.502,05	1.036.916,89	133.585,16	0,00
135449	15.976,14	15.976,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135595	8.500.000,00	8.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.359.932,09</b>	<b>9.355.670,54</b>	<b>0,00</b>	<b>4.261,55</b>	<b>2.430.737,40</b>	<b>2.012.565,46</b>	<b>246.667,56</b>	<b>171.504,38</b>

Fonte: Diafi/Sucon

A estratégia de controle dos restos a pagar é o acompanhamento dos processos atuados até a realização dos serviços ou entrega das compras contratadas, observando o prazo de pagamento. No exercício de 2012, não houve impacto financeiro, haja vista que os valores inscritos estavam previamente programados.

A inscrição no valor de R\$ 258.316,39 inscritos em RP não processados a pagar em 2011 e R\$ 171.504,38 em 2012 refere-se ao processo nº 21200.001682/2007 da UA/Brasília que dispõe sobre a reforma/modernização dos sistemas de captação de pó do Silo Búfalo Pela empresa Siloé Ltda.

**12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício ( Convênio, Contrato de Repasse e Parcerias)**

A sureg-Go não tem e nem firmou nenhum convênio ou parceria em 2012.

**12.4. Transferências mediante Convênio**

**Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência**

A sureg-Go não tem e nem firmou nenhum convênio ou parceria em 2012.

**12.5. Demonstrações Contábeis****Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas**

Ver anexo I – pág 097

**12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário****Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros****Quadro 12.7.1 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Itauçu	1	1	<b>Armazém convencional de Itauçu destinado a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/10)</b>
Pontalina	4	4	
Rio Verde	2	2	
Santa Helena	2	2	
Palmeira de Goiás	1	1	
São Luís dos Montes Belos	2	2	
Paraúna	1	1	
Goiânia	1	1	
Itapuranga	1	1	
Goiatuba	1	1	
<b>Goiás</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	

Fonte: Diafi/Supad

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

**Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.**

**Quadro 13.1.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		

<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válido:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

## 13.2. Deliberações do TCU e CGU

**Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.**

### 13.2.1 . TCU

Durante o exercício de 2012 não foi constatada nenhuma determinação, deliberação ou recomendação por parte do TCU para Conab/Sureg-GO.

### 13.2.2. CGU.

Para o Relatório de Auditoria nº **201205153** no exercício de 2012 foram tratados os seguintes itens:

**Quadro 13.2.1- Recomendações do OCI pendentes no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - Sureg-GO			
Recomendações do OCI - CGU			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201205153		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Goiás - Sureg-GO			87318
Descrição da Recomendação			
<b>Constatação:</b> Falta de registro de todos os bens de uso especial da Sureg-GO no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet.			
<b>Recomendação:</b> Que a Sureg-Go implemente a providência indicada, junto a SPU, de efetuar o cadastro de seus imóveis no SPIUnet, conforme dispõe o art. 1º da Portaria Interministerial STN/SPU nº 322. de 23 agosto de 2001.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SETAD – SETOR ADMINISTRATIVO.			
Síntese da Providência Adotada			
Foram designados os empregados João Nunes de Oliveira, mat. 015804 e Isaú Coelho Luz, mat. 100500, sendo encaminhado os formulários de cadastro para acesso ao SPIUnet em 01/11/2012, ficando agendado junto à STN/SPU treinamento para o dia 07/11/2012. No entanto, até a presente data não foi confirmado o cadastro bem como o realização do treinamento. Posto isto, estamos aguardando o cadastramento junto ao Sistema para inclusão dos Bens imóveis pertencente a esta Superintendência Regional			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldade de comunicação, demora no cadastro e falta de data para o treinamento.			

Fonte: Gefad

**Quadro 13.2.2- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - Sureg-GO			
Recomendações do OCI - CGU			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201205153		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional de Goiás - Sureg-GO			87318
Descrição da Recomendação			
<b>Constatação:</b> Contratação de sindicato para prestação de serviços de braçagem fora dos municípios de sua atuação (base territorial)			
<b>Recomendação 1:</b>			
Que a Unidade passe a fundamentar as contratações de serviços de braçagem de forma a deixar claro a melhor opção que atenda aos interesses públicos, se via contratação direta com o Sindicato, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, ou, se por meio do regular procedimento licitatório, no caso da demanda por esses serviços não ser eventual.			
<b>Recomendação 2:</b>			
No caso de contratação direta do Sindicato, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, deve ser observada a base territorial do Sindicato. Caso o Sindicato não possua regularidade para contratar com a Administração Pública, poderá a SUREG/GO realizar licitação específica para a contratação.			

Providências Adotadas	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
GEOPE – GERENCIA DE OPERAÇÕES.	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
<p>Não obstante o fato de que, da mesma forma dos trabalho de estiva nos portos, a atividade de movimentação de mercadorias em Armazéns Gerais possuem a característica intrínseca da eventualidade. Porém conforme as recomendações da nobre auditoria da Controladoria Regional da União em Goiás procedemos, como parte do processo de contratação de serviços de movimentação de mercadorias nas Unidade Armazenadoras da Conab em Goiás e no Distrito Federal no ano de 2012/2013, a prévia consulta junto as gerências das referidas Unidades Armazenadoras sobre a característica eventual/ou não das atividades de movimentação de mercadorias, no sentido de auxiliar na tomada de decisão para a modalidade de contratação em obediência as leis 8.666/93 e 12.023/2009. Desta feita constatamos que em todas as 10 (dez) Unidades Armazenadoras subordinadas a esta Sureg-GO possuem demandas pontuais de serviços braçais de movimentações de mercadorias, sendo mais interessante para os interesses público a contratação de serviços avulsos para os trabalhos de movimentação de mercadorias em nossas Unidades Armazenadoras. Logo após procedemos os Acordos Coletivos de Trabalhos junto a cada Sindicato respeitando suas bases territoriais de atuação. Tais Acordos Coletivos de Trabalho já se encontram registrados junto ao Ministério de Trabalho e Emprego.</p>	
<b>Síntese da Providencia Adotada 2</b>	
<p>Tomamos ciência a cerca da recomendação da nobre auditoria da Controladoria Regional da União em Goiás no que tange a ocasião em que, no caso de contratação direta do Sindicato, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, onde o sindicato representativo da base local onde se insere a Unidade Armazenadora não possua regularidade para ser contratada pela Administração Pública, essa contratação poderá ser realizada por meio de licitação específica.</p>	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<p>Estamos adotando esta recomendação nas contratações dos serviços de Braçagistas para prestação de serviços em nossas Unidades Armazenadoras, observando sempre a base territorial dos respectivos Sindicatos. Os contratos vigentes obedecem o pré-requisito básico que o Sindicato seja representativo nas respectivas bases territoriais.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Fonte: Gefad

### Quadro 13.2.3- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB - Sureg-GO			
<b>Recomendações do OCI - CGU</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	201205153		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Superintendência Regional de Goiás - Sureg-GO			87318
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p><b>Constatação:</b>Demora no ajuizamento de ações em virtude de desvios de estoques detectados pela fiscalização</p> <p><b>Recomendação:</b> Que a SUREG/GO, por meio da PRORE- Procuradoria Jurídica, implemente mecanismos para acompanhar o cumprimento de prazos por parte do escritório terceirizado, no ajuizamento de ações, após constatados desvios de estoques públicos.</p> <p><b>Recomendação 2:</b> Que a SUREG/GO comprove à CGU que, para os desvios relativos aos processos administrativos n.ºs. 00.2879 e 00.2353, foram ajuizadas as ações judiciais com vistas à reposição do estoque ou ressarcimento de seu valor.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PRORE - Procuradoria Jurídica			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>A área jurídica desta Superintendência Regional, foi orientada a implementar mecanismo no sentido de proceder rigoroso acompanhamento junto ao Escritório Terceirizado objetivando o fiel cumprimento dos prazos estabelecidos para o ajuizamento de todas as ações de interesse da União, especialmente as relacionadas a Desvios de Estoques Públicos, no entanto a Procuradoria Jurídica formalizou as seguintes alegações:</p> <p>“Informamos, que para implementação de mecanismo para otimizar o acompanhamento dos prazos por parte do</p>			

escritório de advocacia terceirizado seria necessário em primeiro lugar que houvessem, pelo menos, mais 04 (quatro) procuradores lotados na Procuradoria Regional da CONAB EM Goiás. Hoje a realidade é de apenas 02 (dois) procuradores para responder por 1861 (um mil, oitocentos e sessenta e uma ) ações cíveis e trabalhistas e por, aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) documentos e processos administrativos para análise e manifestação.

Em segundo lugar, seria necessário a indicação de profissionais para atuarem na parte administrativa da Procuradoria Regional, tais como, secretária e auxiliares administrativos. Os mecanismos para otimizar o acompanhamento do trabalho do escritório de advocacia terceirizado estão além da competência da SUREG/GO, estão sob a responsabilidade da Presidência e Diretoria da CONAB.

Apesar da dificuldade de pessoal, a Procuradoria Regional, verificando demora no ajuizamento das ações pelo escritório de advocacia terceirizado e havendo prejuízo em razão da demora no ajuizamento são instaurados processos administrativos de apuração de responsabilidade do escritório de advocacia terceirizado na condução do processo judicial. Informamos, ainda, que a Procuradoria Regional, apesar das dificuldades, tem pautado pela observância das disposições contidas na Resolução nº 01/2011 que regula o procedimento a ser adotado em caso de desvios ou perdas de grãos, inclusive quanto aos prazos. Informamos, finalmente, que dentro do plano de atuação da Procuradoria Regional os mecanismos adotados para otimizar o acompanhamento dos prazos pelo escritório de advocacia terceirizado, são as instaurações de processos de apuração do escritório na condução dos processos administrativos e judiciais. “

**Síntese da Providencia Adotada 2** Foram ajuizadas Ações de Cobrança conforme abaixo especificado:

Processo Judicial n. 0002000-52.2012.4.01.3503 - Referente ao processo administrativo 002353. Ajuizada ação em 28/09/2012. Processo Judicial n.0002002-22.2012.4.01.3503 - Referente ao processo administrativo 002879. Ajuizada ação em 28/09/2012.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

Todas as Ações referentes a Desvios de Estoques Públicos que se encontravam pendentes foram devidamente Ajuizadas.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Fonte: Gefad

## **Resultados e Conclusões**

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Goiás, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da restrição financeira e orçamentária, inclusive para despesas com diárias e passagens, problemas operacionais nos armazéns, sobrecarga no sistema de transporte de carga, deficiência da rede de informática entre outros, decisões estas que não estão na alçada dos gestores desta Superintendência Regional. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta SUREG/GO.

Brasília, 31 de maio de 2013.

**ANEXO – demonstrações Contábeis**

- Balanço Patrimonial (ativo, passivo)
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Composição Acionária do Capital Social

**Anexo 1 - Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo)**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.989.785.632,16</b>	<b>4.735.555.770,99</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.062.948,21</b>	<b>1.060.620,29</b>
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
<b>CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>1.257.680.697,73</b>	<b>1.049.032.903,78</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>836.574.305,27</b>	<b>751.495.446,69</b>
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
<b>DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>415.358.599,17</b>	<b>292.645.279,10</b>
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>	<b>5.747.793,29</b>	<b>4.892.177,99</b>
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
<b>BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>2.730.990.524,25</b>	<b>3.685.418.718,01</b>
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
<b>VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO</b>	<b>51.461,97</b>	<b>43.528,91</b>
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>690.052.429,58</b>	<b>573.912.136,02</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>440.680.922,16</b>	<b>317.083.667,52</b>
<b>DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>138.972.505,18</b>	<b>131.473.814,53</b>
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
<b>CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>301.708.416,98</b>	<b>185.609.852,99</b>
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>78.259.470,34</b>	<b>80.222.308,20</b>
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32

<b>IMOBILIZADO</b>	<b>171.051.777,13</b>	<b>176.527.368,99</b>
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>60.259,95</b>	<b>78.791,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>4.273.054.852,68</b>	<b>4.952.025.232,72</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>51.147.069,88</b>	<b>117.196.011,03</b>
<b>CONSIGNAÇÕES</b>	<b>3.011.624,79</b>	<b>2.085.251,58</b>
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Anexo II- Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)

Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

### Anexo III - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
<b>RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.161.925.365,90</b>	<b>1.512.002.937,51</b>
<b>RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS</b>	<b>1.143.777.023,65</b>	<b>1.485.458.349,46</b>
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>18.148.342,25</b>	<b>26.544.588,05</b>
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
<b>(-)DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>24.073.328,76</b>	<b>51.072.109,48</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>1.137.852.037,14</b>	<b>1.460.930.828,03</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>1.788.252.026,05</b>	<b>1.802.447.120,83</b>
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
<b>ARREDONDAMENTOS</b>	<b>-9.920,43</b>	<b>32.070,11</b>
<b>EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS</b>	<b>-696.840.007,96</b>	<b>-554.555.037,22</b>
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>46.449.939,48</b>	<b>213.006.674,31</b>
<b>(-)DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>764.468.149,53</b>	<b>717.158.725,56</b>
<b>(-)DESPESAS DE PESSOAL</b>	<b>509.924.223,30</b>	<b>413.343.157,13</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
<b>(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>254.543.926,23</b>	<b>303.815.568,43</b>
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55

Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
<b>(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS</b>	<b>726.199.545,59</b>	<b>530.120.796,49</b>
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
<b>(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA</b>	<b>0,00</b>	<b>-188.982,97</b>
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
<b>OUTROS RESULTADOS</b>	<b>61.713.548,34</b>	<b>8.985.215,42</b>
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>62.382.929,49</b>	<b>8.441.523,58</b>
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>669.381,15</b>	<b>-543.691,84</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>69.894.883,88</b>	<b>35.142.943,63</b>
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

#### Anexo IV - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.223.638.914,24</b>	<b>175,98</b>	<b>1.520.987.917,36</b>	<b>244,72</b>
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.237.000.179,82</b>	<b>177,90</b>	<b>1.412.640.897,96</b>	<b>227,29</b>
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>-13.361.265,58</b>	<b>-1,92</b>	<b>108.347.019,40</b>	<b>17,43</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>17.608.598,02</b>	<b>2,53</b>	<b>17.050.037,05</b>	<b>2,74</b>
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>-30.969.863,60</b>	<b>-4,45</b>	<b>91.296.982,35</b>	<b>14,69</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF</b>	<b>726.295.187,03</b>	<b>104,45</b>	<b>530.230.886,20</b>	<b>85,31</b>

6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>695.325.323,43</b>	<b>100,00</b>	<b>621.527.868,55</b>	<b>100,00</b>
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Anexo V - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Dirrtor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Anexo VI- Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola

e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

## **Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

## **Nota 3 – Alterações na Legislação Societária**

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

## **Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

**a) Equivalente de Caixa:** Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

**b) Créditos a Receber:** As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

**c) Estoques Públicos:** A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**c.1) Demais Estoques:** Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

**c.2) Valor Presente dos Estoques:** Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

**d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:** Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

**e) Almoxarifado:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

**f) Investimentos:** Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, **ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.**

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

**g) Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

**h) Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

**i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”):** No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

**j) Benefícios a Empregados:** O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

**k) Ajustes de Exercícios Anteriores:** Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### **l) Reconhecimento da Receita:**

**l.1) Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

**l.2) Diferimento de Receitas:** O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

**m) Provisões para Contingências:** Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

**n) Regime de Tributação:** Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

#### Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;

- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>158.990</b>	<b>197.502</b>

Em R\$ mil

**b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

**Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes**

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

**a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

**b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

**Nota 11 – Recursos Vinculados**

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

## Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

Em R\$ mil

### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

### **Nota 13 – Endividamento**

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

### **Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens**

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

### **Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades**

#### ***Passivo Contingente – Provável***

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

### *Passivo Contingente – Possível*

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

### *Ativo Contingente – Provável*

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- *Cível*: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a

avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

**As ações estão assim demonstradas:**

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

**Nota 16 – Operações de Crédito**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

**Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

**Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio**

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

**Nota 19 – Resultado do Exercício**

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

**Nota 20 – Patrimônio Líquido**

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem

valor nominal, integralmente subscritas pela União.

*b) Reserva Legal:* Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

*c) Reserva de Retenção do Lucro:* Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

## Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil	
	Saldo	
2011	34.997	
2012	61.637	

## Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

### *a) Plano de Previdência Complementar*

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento -

Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o **Plano** de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### *b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS*

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

#### **Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e

empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
<b>Maior Remuneração Dirigente</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Menor Remuneração Dirigente</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Maior Remuneração Empregado</b>	<b>27.220,73</b>	<b>25.170,39</b>
<b>Menor Remuneração Empregado</b>	<b>1.131,31</b>	<b>884,31</b>

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
<b>Dirigentes</b>	<b>23.945,89</b>	<b>23.884,29</b>
<b>Empregados</b>	<b>3.150,45</b>	<b>2.642,62</b>

## Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

### a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
<b>Repasso – Recursos Próprios</b>	<b>4.369</b>	<b>2.420</b>
<b>Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA</b>	<b>1.243</b>	<b>798</b>
<b>Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA</b>	<b>472</b>	<b>0</b>
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

Em R\$ mil

***b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA***

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO  
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA  
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO  
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53